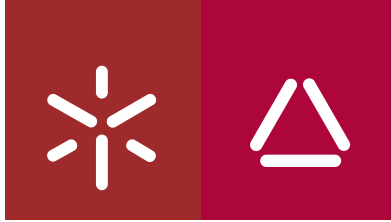


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Judite Raquel Teixeira Marto

**Esmolas regulares a pobres na Misericórdia  
do Porto (1624-1750)**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Judite Raquel Teixeira Marto

**Esmolas regulares a pobres na Misericórdia  
do Porto (1624-1750)**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá**

julho de 2021

## Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado não teria chegado à sua conclusão sem trabalho árduo e resiliência, bem como a presença das seguintes pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá pelo seu apoio, dedicação e exigência ao longo deste percurso.

Aos funcionários da Casa da Prelada, por toda a simpatia e profissionalismo. Ao senhor Salvador Silva por me receber sempre com boa disposição. À senhora Ilda Xavier e aos senhores Carlos Oliveira e Luís Castro pela sua colaboração e atenção. Às doutoras Alice Azevedo e Paula Aleixo.

À professora doutora Ana Cardoso, pela ajuda, dedicação e paciência.

E, por último, à minha família por me terem acompanhado nesta longa jornada. Ao meu pai e irmão pelo apoio e carinho. E à pessoa mais importante, não apenas para a elaboração desta dissertação, mas da minha vida: a minha mãe, porque sem a sua presença, o seu incansável apoio e incentivo não seria possível o término da presente dissertação.

## **Declaração de Integridade**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## Título: Esmolas regulares a pobres na Misericórdia do Porto (1624-1750)

### Resumo

O objetivo desta dissertação é o estudo das esmolos regulares a pobres na Misericórdia do Porto, no período compreendido entre 1624 e 1750. Para esse efeito, foram consultados os registos disponíveis nos cadernos de pobres envergonhados, divididos em três livros que nem sempre seguiram uma ordem cronológica, o que permitiu aceder ao universo da atribuição de esmolos aos mais variados tipos de pessoas pela confraria da cidade. O estudo incidiu apenas sobre as esmolos em dinheiro. A categorização e análise das esmolos e pobreza no Porto foram depois efetuadas, por situações e casos específicos, como a ligação à instituição, aos hospitais, atendendo, também, por exemplo, a situações de deficiência/doença, à orfandade, e tendo em conta a família, o género, o estado matrimonial e a profissão. Assim, a confraria do Porto possuía um leque diversificado de pobres assistidos regularmente, contudo foram as mulheres que marcaram de forma evidente as despesas com esmolos da Misericórdia.

Palavras-chave: confraria da Misericórdia do Porto; Esmolas; período moderno; pobres envergonhados; pobreza e género.

## **Title: Regular alms to the poor at Misericórdia do Porto (1624-1750)**

### **Abstract**

This dissertation focuses on the study of regular alms for the poor in the Misericórdia do Porto in a period between 1624 and 1750. Through the notebooks of the ashamed poor, divided into three books that did not always follow a chronological order, we had access to the universe of alms in cash given to the most varied types of people. The categorization and analysis of alms and poverty in Porto were then carried out, by specific situations and cases, such as the connection to the institution, to hospitals, also considering, for example, situations of disability/illness, orphanhood, and taking into account family, gender, marital status and occupation. Thus, the confraternity of Porto had a wide range of assisted poor, but women were the main recipients of charity.

Keywords: confraternity of Misericórdia of Porto; early modern Portugal; Poverty and gender; regular alms; shamefaced poor.



## Índice

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros .....	ii
Agradecimentos .....	iii
Declaração de Integridade.....	iv
Resumo .....	v
Abstract.....	vi
Índice .....	vii
Índice de Gráficos .....	viii
Índice de Quadros .....	ix
Introdução.....	1
Capítulo 1. As Misericórdias portuguesas e a pobreza.....	4
1.1. A difusão das Misericórdias .....	4
1.2. Os três alicerces das confrarias: obras de misericórdia, compromissos e mesa .....	5
1.3. A população da cidade do Porto e a pobreza.....	9
Capítulo 2. Atribuição de Esmolas: Situações e Casos .....	16
2.1. Esmolas ligadas a doadores específicos: o caso do capitão Diogo Ferreira.....	16
2.2. Esmolas concedidas a indivíduos ligados à instituição .....	18
2.3. Pessoas ligadas a hospitais .....	25
2.4. Pessoas com deficiências físicas e doentes.....	30
2.5. Órfãos.....	32
2.6. Presos e cativos .....	38
2.7. Estrangeiros e viajantes.....	42
Capítulo 3. Esmolas, Família e Trabalho.....	48
3.1. O papel da mulher na família .....	48
3.2. Esmolas e ocupações profissionais.....	49
Capítulo 4. Género e Pobreza .....	54
4.1. Esmolas atribuídas a homens e mulheres.....	54
4.2. Esmolas e o estado matrimonial das mulheres .....	55
Conclusões.....	59
Fontes Manuscritas.....	62
Fontes Impressas.....	62
Referências Bibliográficas .....	63

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Registos de esmolados (1624-1699) .....	11
Gráfico 2 – Registos de esmolados (1700-1750).....	12
Gráfico 3 – Média de valores de esmolas atribuídas em cada ano – em réis (1624-1699) .....	13
Gráfico 4 – Média de valores de esmolas atribuídas em cada ano – em reis (1700-1750) .....	14
Gráfico 5 – Esmolas atribuídas a irmãos da Misericórdia do Porto e seus parentes (séculos XVII e XVIII) .....	22
Gráfico 6 – Esmolas atribuídas a assalariados da Misericórdia do Porto e seus parentes (1683-1750)	23
Gráfico 7 – Esmolas atribuídas a pessoas internadas em hospitais (1625-1750) .....	27
Gráfico 8 – Esmolas/gratificações atribuídas a trabalhadores de hospitais (1693-1742) .....	29
Gráfico 9 – Esmolas atribuídas a deficientes físicos e enfermos (1624-1750) .....	31
Gráfico 10 – Esmolas a órfãos e enjeitados por género (séculos XVII e XVIII) .....	34
Gráfico 11 – Países e cidades de origem dos estrangeiros esmolados (séculos XVII e XVIII) .....	42
Gráfico 12 – Estado matrimonial das mulheres e homens (1624-1750) .....	55

## Índice de Quadros

Quadro 1 – As 14 obras de Misericórdia .....	6
Quadro 2 – Comparação entre os Compromissos de 1594 e 1646 da Misericórdia do Porto .....	7
Quadro 3 – Motivos de despedimento dos irmãos no compromisso de 1646.....	8
Quadro 4 – Registos de esmolas concedidas pelo Capitão Diogo Ferreira a mulheres (anos de 1679, 1683 e 1685).....	17
Quadro 5 – Esmolas atribuídas a irmãos da Santa Casa da Misericórdia do Porto no século XVII .....	20
Quadro 6 – Esmolas concedidas a familiares de irmãos no século XVII.....	21
Quadro 7 – Esmolas atribuídas às mulheres do Hospital de Santa Clara.....	28
Quadro 8 – Esmolas atribuídas diretamente a enjeitados (1723-1747).....	36
Quadro 9 – Distribuição do número de esmolas por género e categorias de órfãos (séculos XVII e XVIII) .....	37
Quadro 10 – Esmolas/gratificações atribuídas a trabalhadores das cadeias .....	40
Quadro 11 – Esmolas atribuídas a protestantes convertidos à religião católica (1716-1737) .....	44
Quadro 12 – Esmolas atribuídas a indivíduos com ligação ao Brasil (1718-1749).....	46
Quadro 13 – Esmolas atribuídas a viajantes portugueses (séculos XVII e XVIII) .....	47
Quadro 14 – Categorias profissionais dos mestres e oficiais esmolados nos séculos XVII e XVIII .....	51

## Introdução

As Misericórdias portuguesas tiveram o seu início nos finais do século XV, por determinação da rainha viúva, D. Leonor, e do rei D. Manuel I seu irmão. Estas instituições de cariz leigo vieram revolucionar a forma como era praticada a caridade no período moderno em Portugal. Assim, quando falamos de pobreza em Portugal na época moderna é indispensável associá-la às Misericórdias. Estas instituições amparavam os pobres, distribuindo esmolas e dotes para o casamento, sobretudo a raparigas e mulheres que se encontravam em situações de fragilidade social, como as órfãs e as viúvas. As ajudas prestadas pelas confrarias poderiam revestir diversas formas, como a doação de roupa, géneros alimentares, realização de enterros, entre outras.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto nasceu entre o final do século XV e o início do século XVI, devendo-se a sua fundação a D. Manuel I, que redigiu uma carta no ano de 1499 a incentivar a criação da confraria. Contudo, só estaria estabilizada em 1550 (Sá, 2018b, p. 42). As primeiras décadas da Misericórdia do Porto foram conturbadas; os séculos XVI e XVII foram marcados por “uma vasta sequência de fomes, pestes e epidemias que abalavam periodicamente a cidade, causando picos de mortalidade” (Sá, 2018b, p. 41). No entanto, apesar destes episódios terem consequências negativas, principalmente entre a população mais pobre, trouxeram também benefícios para a confraria, visto que os doadores falecidos que tinham posses deixavam-lhe as suas heranças.

Apesar da existência de alguns estudos dedicados a esmolas atribuídas por várias Misericórdias espalhadas pelo país, como as de Coimbra, Évora, e Arcos de Valdevez (Lopes, 2010; Pardal, 2013, Ramos, 2013), o levantamento e estudo destas fontes para o caso da Misericórdia do Porto encontra-se por efetuar. A presente dissertação de Mestrado em História Moderna, tem por objetivo geral estudar o modo com as esmolas eram distribuídas a pobres pela Misericórdia do Porto entre 1624 e 1750 e perceber que tipo de pobres eram alvo da caridade da Santa Casa. O período mencionado foi selecionado em função da disponibilidade de registos, uma vez que 1624 corresponde ao ano em que se encontrou o primeiro assento datado nos cadernos do arquivo da confraria. Por outro lado, prolongou-se até ao ano de 1750, inclusive, para minimizar os lapsos de informação nos registos do século XVII, mas também porque este ano marca o início do período pombalino, marcado por várias mudanças no universo das confrarias (Sá, 2001, pp. 127-131).

Um dos temas tratados nesta dissertação é a questão da pobreza envergonhada, que englobava os “indivíduos que tinham descido na escala social”, ou seja, que não tinham como manter e aparentar encontrar-se no estrato social a que pertenciam (Sá, 1997, p. 18). Visto que estas pessoas não poderiam

assumir em público a sua pobreza, as Misericórdias atuavam de forma tendencialmente sigilosa, disponibilizando ajuda ao domicílio, em dinheiro, géneros ou roupa.

Foram consultadas fontes manuscritas originais, os cadernos de pobres envergonhados<sup>1</sup>, que se encontram no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, situado na Casa da Prelada, o qual se tornou uma segunda casa nos últimos dois anos, mas principalmente ao longo de cerca de doze meses, destinados em exclusivo ao levantamento de registos.

Estas fontes são imprescindíveis para conhecer as pessoas ajudadas pela Santa Casa da Misericórdia do Porto. Existe uma grande quantidade de registos, mas, contudo, é de ressaltar a sua heterogeneidade, não sendo possível contar com a mesma densidade de informações de ano para ano. A razão desta variabilidade prende-se com a rotatividade mensal dos irmãos que assumiam o papel de mordomos, pelo que os registos ficavam sujeitos ao cuidado com que cada um deles os mantinha. Inicialmente os mordomos registavam as pessoas que ajudavam em cadernos de papel avulsos, que depois os cartorários da confraria encadernaram. Por razões expectáveis, alguns desses anos faltam e a série não é contínua. Contudo, o presente estudo fez o levantamento de 11.299 registos, quantidade que permite em boa parte suprimir estas lacunas. Adverte-se ainda que os registos são sumários, na sua maioria não fornecendo informações detalhadas e consistentes sobre os indivíduos. Na sua maioria os registos fornecem-nos informações como o nome, género, local de residência e a quantia atribuída. Só podemos responder a questões de tipo quantitativo relativas à quantidade de registos, a média de esmolas atribuídas anualmente, às quantias envolvidas e à sua distribuição por género.

Chamaremos também a atenção para a diversidade de situações de muitos esmolados da Santa Casa da Misericórdia do Porto: presos e cativos, viajantes e estrangeiros, órfãos, pessoas ligadas à instituição, hospitais, pessoas com deficiências físicas e doentes. E também esmolas dadas a partir de doações específicas, como a do Capitão Diogo Ferreira, que, entre outros, deixou esmolas regulares para pobres envergonhados. A diferenciação entre as diferentes situações constituiu um obstáculo ao longo do trabalho, pela dificuldade em compreender em que categorias de pobreza as pessoas poderiam ser inseridas e classificadas, sendo este o maior desafio no decorrer do trabalho. Assim, o estudo incidiu em ocorrências e não em indivíduos, porque a identificação de pessoas é demasiado sumária para permitir a eliminação de repetições.

---

<sup>1</sup> Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto [AHSCMP]. (s.d). *Livros de Despesas Geral 1, 2 e 3. Série L, Banco 1.*

A primeira fase deste projeto consistiu na leitura e recolha de informações no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, permitindo a criação de tabelas onde se reuniram todos os registos levantados. A segunda fase foi dedicada à análise e tratamento dos dados, acompanhada da leitura de bibliografia complementar. Assim, a dissertação foi dividida em quatro capítulos: no primeiro, abordam-se as Misericórdias portuguesas e os traços gerais do fenómeno da pobreza e do quotidiano dos pobres. O segundo capítulo é constituído por vários subcapítulos que visam apresentar a diversidade de situações existentes na atribuição de esmolas. Já o terceiro foca-se na relação entre trabalho e a atribuição de esmolas. No quarto e último capítulo, são abordadas questões de género, tendo por objetivo perceber as diferenças, tanto nas ajudas concedidas, como na forma de viver a pobreza, distinguindo entre mulheres e homens.

# Capítulo 1. As Misericórdias portuguesas e a pobreza

## 1.1. A difusão das Misericórdias

O Renascimento e o Humanismo trouxeram à sociedade um conjunto de mudanças a nível económico, social, cultural, religioso e político, e foi neste contexto que a caridade e as suas práticas foram alvo de reforma em Portugal, que ocorreu com o surgimento das Misericórdias (Abreu, 2018, p. 98). Foi no período de transição da época medieval para a época moderna que surgiram vozes que manifestaram uma maior autonomia das práticas de caridade face ao universo da religião (Abreu, 2018, p. 97).

Em 1498, as Misericórdias portuguesas viram o seu nascimento, e a partir daí a sua importância e o seu valor foram crescendo, tornando-se nas confrarias de maior relevo em território nacional e ultramarino, num período compreendido entre os séculos XVI e XVIII. A Misericórdia de Lisboa foi a primeira a ser fundada, com o apoio da rainha D. Leonor e do seu irmão D. Manuel I, o que levou a uma transformação nas práticas de caridade em Portugal. É importante reter que estas instituições eram de cariz leigo, contudo com fortes ideais religiosos, que dependiam de doadores e consequentemente das suas doações para manter o seu funcionamento (Sá, 2001, p. 200). Cerca de um ano depois da Misericórdia de Lisboa, o rei redigiu uma carta a incentivar a fundação da Santa Casa da Misericórdia do Porto, mas não é possível precisar a data da sua fundação, pelo que os historiadores supõem que terá ocorrido entre o final do século XV e início do século XVI (Sá, 2018b, p. 42). Esta instituição parece ter demorado a estruturar-se, isto porque nos deparamos com testemunhos da sua existência apenas no ano de 1503. O crescimento da confraria foi pouco significativo até 1521, ano em que nela foram integrados alguns hospitais da cidade por ordem régia. Assim só em 1550 é que podemos afirmar que a confraria estava consolidada (Sá, 2018b, p. 42).

Como já mencionado, o rei, bem como sua irmã, tiveram um papel fundamental na difusão das Misericórdias, sendo que foi D. Manuel que: “lhes conferiu amplas competências na assistência aos encarcerados ou que concedeu privilégios especiais às Misericórdias de recolha de esmola para entrevados, presos e pobres envergonhados, em prejuízo das restantes confrarias...” (Sá, 2001, p. 340). A proteção régia foi um fator de enorme relevância, permitindo assim que as Misericórdias continuassem a laborar e desfrutar dos privilégios régios, uma vez que “num contexto de centralização do poder real a caridade representa um capital político de valor apreciável.” (Sá, 1987, p. 43).

No entanto, é essencial determinar a origem dos recursos necessários para ajudar os mais pobres. O grosso do património das Misericórdias tinha origem em heranças e legados testamentários (Sá, 2001, p. 345). Estes legados eram consideradas verdadeiras oportunidades para as instituições, visto que a sua maioria provinha de “casais sem filhos, homens solteiros, viúvas sem filhos e padres seculares”, ou seja, indivíduos que não possuíam herdeiros diretos, logo poderiam deixar todos os seus bens às confrarias, constituindo a “maior fonte de recursos para as Misericórdias” (Sá, 2018b, p. 30).

As contribuições da coroa não tinham impacto na contabilidade das instituições, sendo que uma grande parte da riqueza (bens móveis e imóveis) tinha a sua origem em indivíduos abastados que deixavam em testamento capital ou propriedades, a fim de beneficiar os mais necessitados, contudo com uma contrapartida – a salvação da sua alma (Sá, 2001, p. 345). É possível observar nesta questão que tanto o doador como as Misericórdias beneficiavam dos ditos legados, o primeiro porque estava a garantir a salvação espiritual, da sua alma, e as segundas porque recebiam capital para desenvolver as atividades da instituição e auxiliar os mais necessitados. A salvação da alma encontrava-se intrinsecamente relacionada com a crença no Purgatório. A existência de missas para a salvação da alma foi uma das estratégias adotadas pelo Concílio de Trento, influenciando a proliferação das Misericórdias no decorrer do século XVI (Pimentel, 2015, p. 6).

## **1.2. Os três alicerces das confrarias: obras de misericórdia, compromissos e mesa**

Apesar de constituírem instituições sem ligações diretas à igreja, é inegável que a religião cristã se encontrava vinculada à sociedade da época. As Misericórdias eram “independentes da autoridade eclesiástica e civil” (Sá, 1987, p. 43), mas encontravam-se sob a proteção da monarquia. Não deixa de ser importante mencionar que os valores do Cristianismo estavam presentes na vida destas confrarias, nomeadamente através das quatorze obras de misericórdia (quadro 1).



Quadro 1 – As 14 obras de Misericórdia

Espirituais	Corporais
Ensinar os simples	Remir os cativos e visitar os presos
Dar bom conselho a quem o pede	Curar os enfermos
Castigar com caridade os que erram	Cobrir os nus
Consolar os tristes desconsolados	Dar de comer aos famintos
Perdoar a quem nos errou	Dar de beber a quem tem sede
Sofrer as injúrias com paciência	Dar pousada aos peregrinos e pobres
Rogar a deus pelos vivos e pelos mortos	Enterrar os mortos

Estas obras constituíram um dos alicerces das confrarias, seriam uma espécie de guia de ação para os irmãos. Contudo, e apesar de todas serem importantes, as obras corporais seriam levadas a cabo com maior rigor, já as espirituais teriam pouco peso nos trabalhos dos irmãos: “Se as obras espirituais de misericórdia tinham pouco eco nas atividades da confraria (...) o mesmo não se passava com as corporais.” (Sá, 1997, p. 96).

Outro alicerce importantíssimo eram os Compromissos, porque estruturavam a governação das atividades destas instituições, estamos a referir-nos ao ingresso de irmãos na confraria, à contabilidade, aos trabalhos a efetuar, à gestão dos hospitais, e definiriam a que pobres seriam distribuídas as esmolas e como este processo teria de ser realizado. A Misericórdia de Lisboa elaborou o primeiro compromisso, publicado em 1516, que serviu como exemplo para todas estas confrarias. É relevante notar que qualquer compromisso teria de ser aprovado pela autoridade régia (Sá, 1997, p. 43).

Foram vários os Compromissos redigidos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sendo os mais importantes o de 1516, o Compromisso de 1577 e o de 1618. Embora existissem várias versões destes documentos “as regras gerais fixadas pelos compromissos eram semelhantes.” (Sá, 2001, p. 202). É relevante mencionar que o compromisso de 1618 vigorou até ao ano de 1834.

A Misericórdia do Porto teve dois próprios compromissos ao longo do período moderno, promulgados em 1594 e 1646. O Compromisso de 1594 é composto por 27 capítulos, já o de 1646 é composto por 35 capítulos, o que por si só demonstra que este último é mais detalhado, contendo mais informações sobre como devia ser regida a confraria (quadro 2).

Quadro 2 – Comparação entre os Compromissos de 1594 e 1646 da Misericórdia do Porto

Compromisso 1594	Compromisso 1646
150 irmãos (nobres e oficiais)	250 irmãos (nobres e oficiais)
Ir à Casa da Misericórdia 5 vezes por ano	Ir à Casa da Misericórdia 7 vezes por ano
Despedimento dos irmãos por 3 motivos	Despedimento dos irmãos por 10 motivos

Após a observação do quadro 2, é possível chegar a várias conclusões. A primeira, é que o número de irmãos aumentou no espaço de meio século de 150 para 250, visto que foi necessário para o bom funcionamento da confraria, passando a citar o compromisso de 1646: “e pelo tempo mostrar que não é bastante o número de cento e cinquenta Irmãos, que foi limitado na última reformação do Compromisso, pelas obrigações que depois acresceram a esta Casa assentou a Irmandade que fossem daqui em diante duzentos e cinquenta Irmãos, tanto nobres como oficiais.” (Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1946, p. 12).

A segunda conclusão, refere-se ao grau de exigência que se intensificou nas visitas à casa da misericórdia. No compromisso de 1594, os irmãos eram obrigados a ir cinco vezes: no dia da Visitação de Nossa Senhora, dia de Todos os Santos, dia de São Martinho, Dia de Ramos e dia de Quinta Feira de Endoenças, enquanto no compromisso de 1646, os irmãos eram obrigados a ir sete vezes, acrescentado aos dias do compromisso anterior o dia de Santiago, e na sexta-feira seguida do dia de Quinta Feira de Endoenças, a fim de “acompanhar a procissão com que se encerra o Santíssimo Sacramento.” (Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1946, p. 16).

Terceira conclusão, triplicaram as razões pelas quais os irmãos da casa poderiam ser despedidos. No compromisso de 1594, são apenas três: “Se algum dos irmãos for de forte condição, e não obediente a ordenança desta Irmandade, e for contra ella, ou viver escandalosamente”<sup>2</sup>. No compromisso de 1646 vemos um aumento significativo dos motivos de despedimento, que triplicaram (quadro 3).

---

<sup>2</sup> AHSCMP, Série H Administração de Testamentos e Nota Privativa, Banco 6 Treslado de vários testamentos, livro 17, fl. 6 a 18.

Quadro 3 – Motivos de despedimento dos irmãos no compromisso de 1646

Se forem de áspera condição e de ânimos inquietos, de maneira que sirvam mais de perturbar, e inquietar, que de ajudar a Irmandade.
Se viverem de maneira que de seus costumes e procedimentos não haja a satisfação que se requer em pessoas que se ocupam em serviços de Deus e da Virgem Nossa Senhora.
Se se descompuserem com outro Irmão, estando em ato de Irmandade, por obra, ou palavra, de que resulte afronta, ou escândalo considerável.
Se forem desobedientes ao Provedor e Mesa, rejeitando e não aceitando o que lhe ordenam, sem terem causa que legitimamente os escuse.
Se forem convencidos em juízo de algum delito infame, de maneira que fique em descrédito da Irmandade, continuar ele no serviço.
Se fizerem parcialidades, ou negociações para si, ou para outrem, no tempo das eleições.
Se romperem o segredo das cousas que se tratarem na Mesa e Juntas ou nas eleições
Se, servindo na Mesa, lançarem nos bens deixados à Misericórdia, que se vendem a pregão, e os houverem com efeito.
Se não quiserem dar conta, ou a derem má, das despesas que fizeram em seus ofícios, tendo cargo de receber, e despender dinheiro.
Se tiverem amizade, de que resulte escândalo com as pessoas que estiverem nos hospitais e albergarias da Misericórdia, ou forem de sua visitaçãõ; e o mesmo se entenderá, tendo amizade desta qualidade com as filhas das visitadas, ou com as órfãs, que forem dotadas no ano em que servirem na Mesa.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia do Porto (1946).

A Mesa era o órgão administrativo das confrarias, composto por um grupo de 13 irmãos liderado pela figura mais importante, o provedor, e reunia duas vezes por semana. Os irmãos que compunham a Mesa eram divididos em duas categorias: os de primeira (nobres) e os de segunda condição ou qualidade (não-nobres) (Sá, 2018b, p. 47). As confrarias eram assim regidas por um grupo restrito de homens que reuniam os requisitos necessários para fazerem parte da sua organização. As mulheres estavam distantes da chefia da instituição, bem como do cumprimento das obras de misericórdia, somente as encontramos quando é mencionado o “pessoal assalariado”, ou seja, quando desempenhavam ocupações como as de hospitaleira, ama de expostos ou de “servidoras domésticas” (Sá, 2001, p. 64).

A Misericórdia do Porto dispunha de mordomos: da cadeia, visitantes, dos testamentos, da igreja, do celeiro e do cartório, sendo que, estes irmãos desempenhavam várias tarefas, o que os tornava essenciais ao funcionamento da confraria (Sá, 2018b, pp. 46-47). O mordomo com maior importância era o da bolsa, “visto que era a ele que o tesoureiro entregava o dinheiro usado para as despesas da confraria; esta tarefa requeria igualmente a anotação dos gastos e a resolução de contas mensalmente com o tesoureiro” (Sá, 2001, p. 52; Sá, 2018b, p. 47). É importante reter que com o passar dos anos e

do acréscimo de tarefas, o número de irmãos nestes cargos de mordomia aumentava significativamente, em 1575 eram apenas sete, em 1610, o número aumenta para os treze, e o compromisso de 1646 declarava dezasseis mordomos (Sá, 2018b, p. 47). Apesar do trabalho voluntário destes irmãos ser importante, o mesmo ser considerado um prestígio “ser irmão ativa da confraria incluía trabalho continuado e ingrato” (Sá, 2018b, p. 48).

### **1.3. A população da cidade do Porto e a pobreza**

Num período compreendido entre os séculos XV e XVIII, cerca de 10 a 20% da população nas cidades da Europa Ocidental vivia na pobreza, sendo que a cidade do Porto não seria uma exceção. Segundo o estudo de Carlos de Azevedo (Azevedo, 1979, p. 189), no ano de 1620 a cidade do Porto contava 11.716 habitantes, ou seja, a termos em conta que 10 a 20% poderia viver no limiar da pobreza, então, cerca de 1.172 a 2.343 pessoas seriam pobres. Pelo ano de 1688, a população aumentou para os 15.919 habitantes, o que levaria a que o número de pobres fosse cerca de 1.592 a 3.183. Contudo, é importante reter que durante o Antigo Regime vários acontecimentos como guerras, anos com más colheitas agrícolas, precariedade e oscilações constantes do mercado de trabalho, assim como demasiadas bocas para alimentar por família, levaram a que a maioria da população pudesse a qualquer momento resvalar para a pobreza (Sá, 2001, pp. 456-457). Apesar de as instituições de caridade terem sido muito importantes na época moderna, a realidade é que a ajuda não chegava a todos nem nada que se parecesse. Na verdade, existiam critérios de seleção que escolhiam entre os pobres, com o objetivo de a caridade chegar ao “pobre merecedor” (Abreu, 2018, p. 27).

Como era feita a seleção dos pobres? Nas últimas décadas do século XIV, surgiu a Lei das Sesmarias, promulgada em 1375 pelo rei D. Fernando I, na cidade de Santarém. A existência deste conjunto de leis deve-se, segundo a historiadora Virgínia Rau, a vários fatores, como por exemplo: a falta de mão-de-obra e o aumento dos ociosos e vadios. Devido a este aumento da vadiagem e mendicidade, foi necessário promulgar uma lei que proibisse estas práticas e fossem imputadas as pessoas que as praticassem sem necessidade. Para comprovar, citamos a parte da lei que remete para este assunto:

E porque a vida dos homens não deve ser ociosa e a esmola não deve ser dada se não a qualquer que por si não pode ganhar nem merecer por serviço do seu corpo porque se mantenha e segundo dito dos sabedores e dos santos doutores mais justa coisa é de castigar o pedinte sem necessidade e que pode escusar de pedir fazendo alguma outra obra

proveitosa que de lhe dar esmola que deve ser dada a outros pobres que não podem fazer a obra de serviço (...). (Arquivo Histórico Municipal Coimbra [AHMC], s.d.)

Assim, é evidente que o trabalho jamais poderia ser permutado por esmola, mas esta seria uma espécie de complemento segundo as necessidades de cada um, principalmente quando o salário não fosse suficiente para a subsistência do indivíduo. No decorrer do processo de levantamento de registos, este facto é visível quando há registos do sexo masculino que exercem profissões de cirurgião e enfermeiro<sup>3</sup> a receberem esmola, bem como de homens com os mais variados ofícios<sup>4</sup>. Assim, o trabalho era imposto às pessoas que pertenciam ao povo, como observou Laurinda Abreu: “a esmola não poderia substituir o trabalho, considerado obrigatório para o povo, inclusive para os deficientes; os falsos pobres deveriam ser exemplarmente punidos (açoitamento, em privado à primeira vez, em público à segunda prevaricação, seguido de expulsão do país); as licenças para mendigar só poderiam contemplar os demasiado fracos, velhos, doentes e pobres envergonhados.” (Abreu, 2018, p. 30).

Para se ter uma ideia mais concreta, foram levantados 11.299<sup>5</sup> registos em 77 anos relativos a esmolos, se excetuarmos os anos para os quais não há informação. Optamos por uma divisão em dois gráficos, um para o século XVII (gráfico 1) e outro para o século XVIII (gráfico 2), com o objetivo de apresentar a quantidade de registos levantados em cada ano, bem como assinalar os lapsos existentes na cronologia.

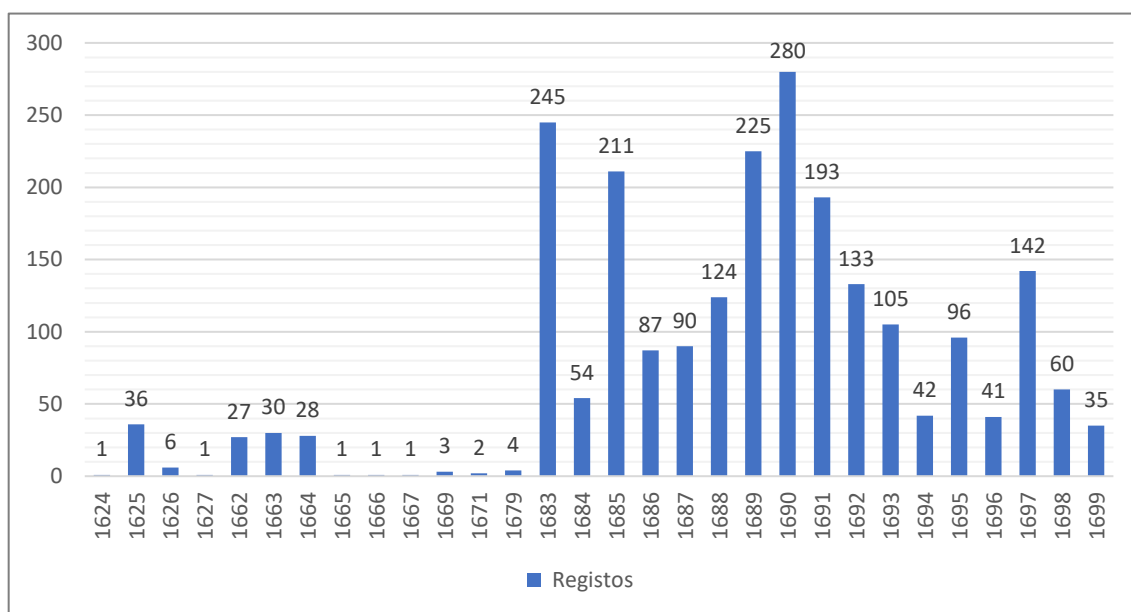
---

<sup>3</sup> Pode ser observado no gráfico 8 – Esmolas atribuídas a trabalhadores de hospitais (1693-1742).

<sup>4</sup> Consultar o quadro 14 – Categorias profissionais dos mestres e oficiais esmolados nos séculos XVII e XVIII.

<sup>5</sup> É importante reter que destes 11.299 registos, 947 não nos foi possível determinar a sua cronologia.

Gráfico 1 - Registos de esmolados (1624-1699)

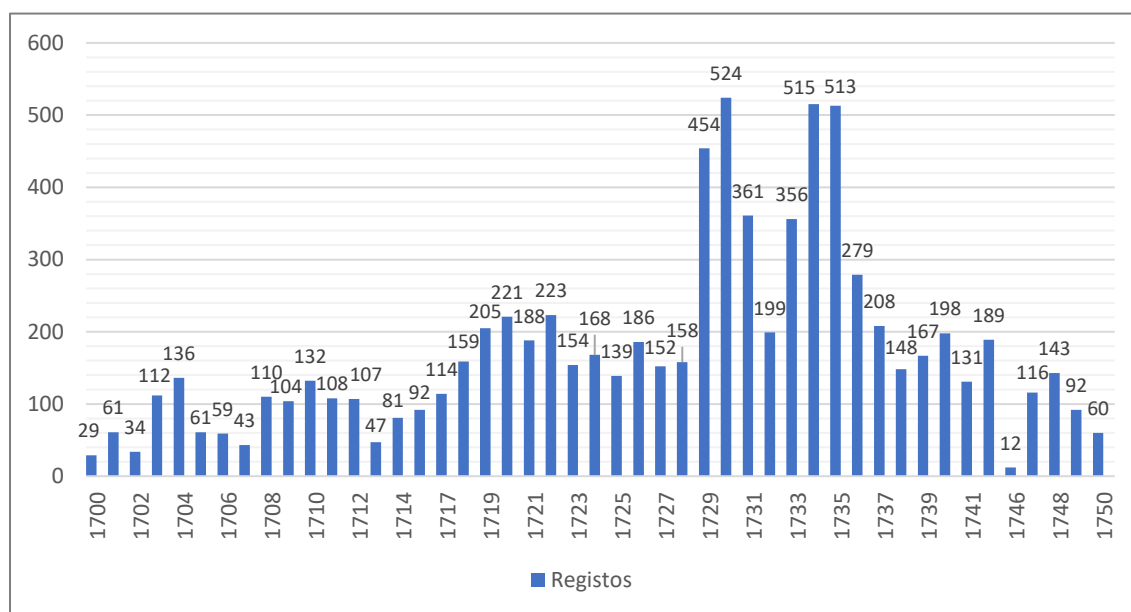


Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1 e 2.

Pela análise do gráfico 1, verifica-se que no século XVII, é evidente a existência de falhas em alguns anos, verificando-se a maior delas entre 1627 e 1662, o que equivale a mais de três décadas de registos em falta. Não sabemos quais os motivos para um lapso desta magnitude, somente podemos especular que não existiria uma grande preocupação da confraria em registar a informação. É comum faltarem páginas, e, conseqüentemente, ocorrem lapsos de informação. Ainda assim, para este século conseguimos levantar 2304 registos. Através do gráfico também conseguimos detetar os anos incompletos, geralmente pelo número reduzido de registos.

No século XVIII (gráfico 2), não encontramos falhas significativas, sendo que os anos em falta são 1715, 1743, 1744 e 1745. Também observamos uma clara redução dos anos incompletos. No total foram levantados 8048 registos neste século, o que representa um aumento significativo quando comparado com o século anterior. Assim, o número de casos observados em ambos os gráficos são 10.352 o que corresponde a uma percentagem de 92%, tendo em conta os 947 registos não datados, para os quais não nos foi possível detetar a que cronologia pertencem.

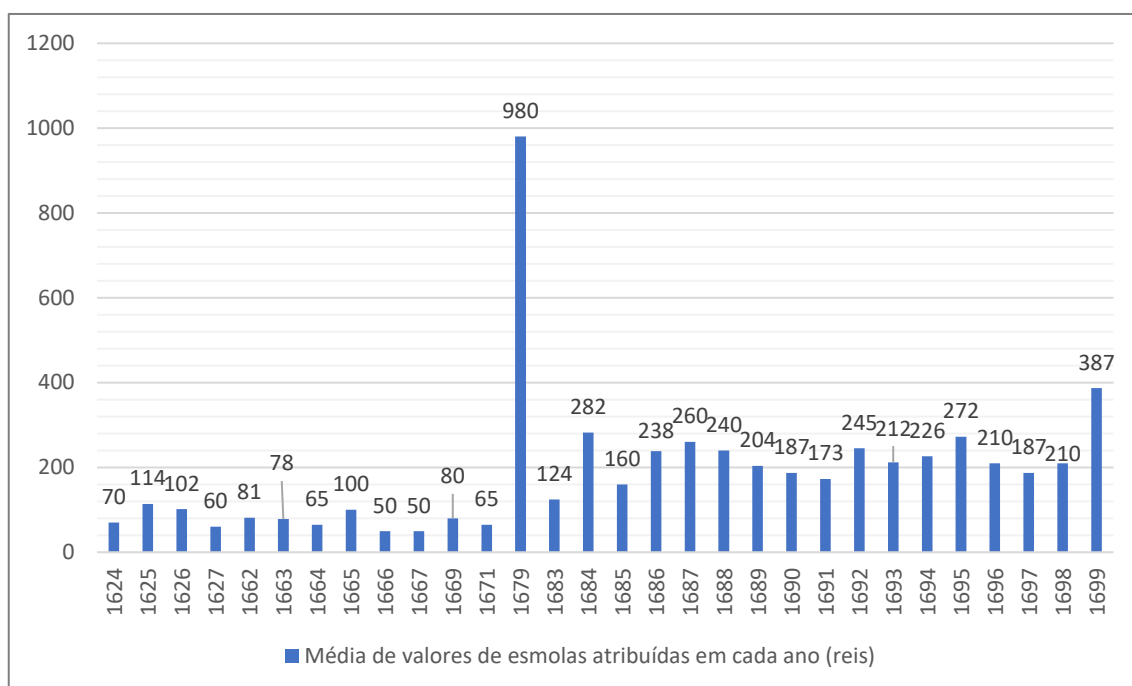
Gráfico 2 – Registos de esmolados (1700-1750)



Fontes: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 2 e 3.

Através dos gráficos 3 e 4 é possível conhecer os valores médios de esmolas atribuídas em reis em cada ano levantado, nos séculos XVII e XVIII.

Gráfico 3 – Média de valores de escolas atribuídas em cada ano – em réis (1624-1699)

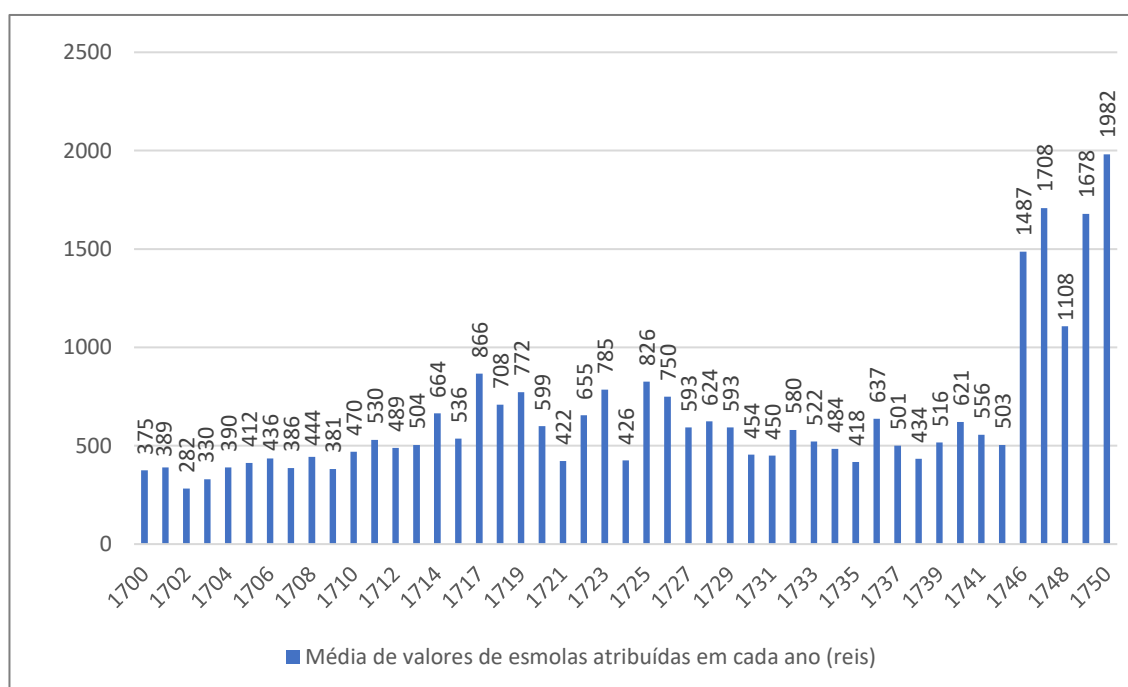


Fontes: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1 e 2.

Como já foi mencionado anteriormente, o número de registos para o século XVII é menor quando comparado com o século XVIII. A partir do ano de 1690, as quantias médias de escolas atribuídas sobem, isto pode dever-se ao crescimento populacional na cidade, visto que “entre 1623 e 1732 a expansão fora de 50%; mais notório crescimento fora ocorrido nos cinquenta anos seguintes: a população mais que duplicou” (Silva, 1992, p. 266).



Gráfico 4 – Média de valores de esmolos atribuídas em cada ano – em reis (1700-1750)



Fontes: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

No decorrer do século XVIII, as Misericórdias enfrentaram um período complicado a nível financeiro (Sá, 2008, p. 74), mas a atribuição de esmolos sempre foi uma prioridade para a confraria do Porto. Observa-se que o número de registos aumentou significativamente do século XVII para o século XVIII, assim como as quantias médias deste último são muitíssimo superiores ao primeiro. Observe-se o ano de 1729 em que foi distribuída a quantia média de 593 reis (454 registos), comparando com os 187 reis de 1690 (280 registos). De facto, no período entre 1729 e 1735 verificou-se um aumento significativo de atribuição de esmolos, quer em número de pessoas auxiliadas, como de quantias avultadas.

Como já foi mencionado anteriormente, os doadores eram importantíssimos para a vida financeira das confrarias. Para a Misericórdia da cidade do Porto, “entre a sua fundação e o final do século XVII, foram rastreados 257 benfeitores da Misericórdia do Porto por testamento ou doação entre vivos” (Sá, 2018b, p. 54), sendo que estes provinham dos mais variados estratos sociais.

Foram vários os benfeitores que contribuíram com as suas doações testamentárias, entre eles destacamos, D. Lopo de Almeida, Capitão Diogo Ferreira e Manuel Velho. Assim, apesar das dificuldades económicas que as confrarias enfrentaram no decorrer do século XVIII, observamos um grande número de pessoas esmoladas e com quantias consideráveis, que permitiram não somente a laboração das instituições, como a continuidade dos trabalhos na distribuição de esmolas.

## Capítulo 2. Atribuição de Esmolas: Situações e Casos

Este capítulo, como o seu próprio nome indica, pretende apresentar a multiplicidade de situações associadas à atribuição de esmolas, encontradas no decorrer do processo de levantamento de registos. Começamos por abordar em primeiro lugar as esmolas que foram atribuídas em nome do capitão Diogo Ferreira, um doador de extrema importância para a confraria do Porto. Continuamos a análise de esmolas concedidas a pessoas que estavam ligadas à instituição, como por exemplo os irmãos, que apesar da sua maioria ter um ofício, também eram auxiliados monetariamente com esmolas. Relativamente aos hospitais, mesmo estando agregados à Misericórdia do Porto, optamos por fazer uma análise em separado, focando-nos essencialmente nos trabalhadores destas instituições. Seguidamente fazemos uma abordagem breve sobre as pessoas que padeciam de alguma doença ou deficiência e recebiam ajuda da confraria. A orfandade é também abordada, demonstrando como os órfãos e expostos também eram alvo da caridade pela confraria. A análise prossegue com esmolas concedidas a pessoas que se encontravam presas ou cativas e receberam apoio da Misericórdia, concluindo com viajantes e estrangeiros que passavam ocasionalmente pela cidade.

### 2.1. Esmolas ligadas a doadores específicos: o caso do capitão Diogo Ferreira

Uma figura importante na Misericórdia do Porto foi o Capitão Diogo Ferreira, que “embora não fabulosamente rico quando comparado com outros doadores da Misericórdia, deixou-lhe uma soma importante num momento crucial, porque a confraria vivia dificuldades económicas constantes.” (Sá, 2018b, p. 101). Este homem deixou parte dos seus bens entregues à instituição a fim de ajudar órfãos e pobres envergonhadas. Em 1679, 1683 e 1685 há registos de mulheres que beneficiaram de esmolas em dinheiro proveniente deste fundo (Quadro 4). Não são, de facto, muitas as mulheres que receberam esta esmola do capitão, contando apenas dezassete casos (Quadro 4).

Quadro 4 – Registos de esmolos concedidas pelo Capitão Diogo Ferreira a mulheres (anos de 1679, 1683 e 1685)

Nome	Estado Matrimonial	Valor da Esmola (Reis)	Observações	Ano
Maria Monteiro	Viúva	980	*	1679
Margarida dos Santos	n/m	980	Com sua irmã Ângela Barroso, moradoras na Ferraria de Cima.	1679
Catarina Bernardes	Viúva	960	Moradora na Porta Nova.	1679
Maria	Viúva	980	Moradora na Banharia.	1679
Catarina Mendonça	n/m	100	Faleceu. Moradora na Banharia, Nossa Senhora da Vandoma.	1683
Inácia de Sousa	n/m	120	*	1683
Mariana de Abreu	Viúva	710+60	Viúva de Guilherme da Cunha, ficou com a esmola da falecida Ana Lopes.	1683
Maria Pereira	Viúva	80	Viúva de Pedro da Fonseca; moradora nas taipas, ao postigo das virtudes	1683
Catarina de Sousa	n/m	740	Moradora ao Padrão de Santo Eloy.	1683
Madalena de Sousa	Viúva	740	Moradora ao Padrão de Santo Eloy.	1683
Joana Batista	n/m	740	Moradora na Cordoaria.	1683
Maria Ribeiro	Viúva	740	Viúva de Pedro da Fonseca, moradora nas Taipas.	1683
Inácia de Pinto	Viúva	740	Moradora na Banharia.	1683
Catarina de Mendonça	Viúva	740	Moradora na Banharia.	1683
Ana Lopes	n/m	740	Faleceu.	1683
Luísa Nogueira	Viúva	740	*	1683
Maria Ribeiro	Viúva	100	Viúva de Paulo da Fonseca; em casa de Manuel Ferreira, moradora no Soutelo, a Belmonte.	1685

Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livro de despesa geral 1.

Nota: \* - sem informação

No quadro 4, destacamos os casos de duas mulheres falecidas: Catarina Mendonça, moradora na Banharia em Nossa Senhora da Vandoma, e Ana Lopes. Não é possível precisarmos se estas mulheres faleceram antes ou após a atribuição da esmola, contudo, tendo em conta o caso de Ana Lopes, cuja esmola no valor de 740 reis foi atribuída a Mariana de Abreu, devido à sua morte, partimos do princípio que ambas morreram antes de receberem as esmolos.

No primeiro livro, encontramos, também, registos de esmolos concedidas a homens, (apenas quatro casos), e a uma viúva com seis filhos, chamada Maria (registo não datado), que recebeu 150 reis<sup>6</sup>. No segundo livro, também detetamos algumas esmolos concedidas através dos fundos doados pelo capitão, todas elas sem data, a 15 pessoas: 13 mulheres e três homens. No terceiro livro analisado

<sup>6</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, fl. 21.

desaparecem as esmolas distribuídas pela confraria a mulheres e homens através desta doação do Capitão Diogo Ferreira. Sabe-se, no entanto, que a Misericórdia preservou a memória deste doador até cerca de 1818, uma vez que continuou a atribuir os dotes de casamento que este também instituíra (Sá, 2018b, p. 100).

Através destes dados é possível reconhecer a importância da doação do capitão Diogo Ferreira, até porque “na sua condição de homem solteiro sem filhos, Diogo não tinha herdeiros forçados. Segundo a lei portuguesa, os pais, se vivos, deveriam herdar dele. Diogo proclamou que os seus verdadeiros herdeiros deviam ser os pobres da Misericórdia do Porto, as donzelas órfãs e os pobres envergonhados a quem deixava os seus bens.” (Sá, 2018b, p. 102). Vê-se através dos dados levantados que foi feita a sua vontade.

## **2.2. Esmolas concedidas a indivíduos ligados à instituição**

Como já foi referido, as Misericórdias, embora laicas, inscreviam-se no contexto religioso católico; não obstante, eram confrarias oligárquicas, constituídas por “elites detentoras do poder local”, o que significa que o poder estava concentrado num pequeno conjunto de pessoas. O trabalho voluntário dos irmãos da confraria era essencial ao seu funcionamento. Cada Misericórdia era administrada pela Mesa, um grupo de 13 irmãos, número de forte significado, “uma vez que reproduzia o número de presenças na Última Ceia de Cristo, a quem o compromisso de 1600 dizia que os membros da Mesa deviam imitar.” (Sá, 1997, p. 103). Este órgão reunia-se em dias específicos da semana: quartas ou quintas, e domingos (Sá, 1997, p. 103), e era liderado pelo provedor, sendo esta a mais alta figura de poder no interior da instituição.

Além do provedor, o corpo diretivo da Mesa era ainda composto por outras figuras importantes. A segunda figura mais relevante era o escrivão, pois este tinha como função a escrita da casa. Outros elementos essenciais eram o tesoureiro, “responsável por toda a escrita que envolvesse receita e despesa, apresentando as suas contas em Mesa”; o mordomo da capela: “encarregado de sincronizar e organizar as missas na capela, bem como zelar pelas alfaias de culto”; e o mordomo da bolsa: “figura próxima do tesoureiro, provavelmente anterior a este e com as mesmas atribuições.” (Sá, 1997, p. 103).

Dos 13 irmãos que compunham a Mesa, sete eram nobres ou de primeira condição, incluindo o provedor, e seis eram não-nobres ou de segunda condição. Não eram somente os pobres que passavam por um processo de seleção, os irmãos da casa também eram submetidos a escrutínio, sendo

recrutados entre os “melhores da terra” (Sá, 2001, p. 65). Era igualmente necessário reunir um conjunto de requisitos para se ser irmão da casa: ser-se do sexo masculino, ter sido batizado, sendo que a sua honra e conduta também eram avaliadas (Sá, 2001, p. 62). Apesar de tudo, existiam distinções entre irmãos no seio da confraria, sobretudo entre os nobres (de primeira categoria) e os não-nobres (de segunda categoria). Os irmãos de segunda qualidade teriam de exercer um ofício para ingressar na confraria (embora com a categoria de mestre, podiam abandonar as suas oficinas para satisfazer as demandas da confraria). Por essa razão, eram “recrutados entre as elites do artesanato” (Sá, 2001, p. 65). Uma vez que grande parte das tarefas confraternais eram desempenhadas por pares, compostos por um irmão de primeira e outro de segunda categoria, Isabel dos Guimarães Sá observou: “Imaginamos a obedecer subservientemente ao irmão de primeira condição quando se deslocavam pelas ruas aos pares no cumprimento de algumas das tarefas da confraria” (Sá, 2001, p. 66).

Segundo o compromisso de 1594, a Santa Casa da Misericórdia do Porto tinha um *numerus clausus* de 150 irmãos; contudo, cerca de meio século mais tarde, o compromisso de 1646 previa já 250, elementos então necessários devido ao aumento de serviços e tarefas. Era igualmente nestes compromissos que se explicitavam as obrigações destes homens. As mais importantes relacionavam-se com o desempenho das catorze obras de Misericórdia (realizar visitas domiciliárias, visitar prisões, ajudar no hospital), mas deviam comparecer na confraria nos dias de presença obrigatórios. É importante sublinhar que os irmãos não recebiam salário, mas “fazia parte das suas obrigações estritas o serviço voluntário na confraria.” (Sá, 2001, p. 68).

O facto de se tratar de uma irmandade elitista não significava que todos os irmãos tinham à vontade económico. Para muitos tornava-se necessário recorrer, pelo menos em alguma etapa da vida, às esmolas da confraria. A própria Misericórdia previa a autoassistência, prontificando-se a amparar os irmãos em dificuldades. Esta assistência poderia ser feita ao domicílio, tratando-se de uma ajuda secreta, mas apenas se os irmãos fossem considerados pobres envergonhados. A confraria também se encarregava de proporcionar enterros aos seus membros e às viúvas respetivas, bem como de atribuir dotes às órfãs de irmãos (Sá, 1997, p. 93). No decorrer do processo de levantamento de registos, verificamos que foram vários os irmãos que receberam esmola, como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 5 – Esmolas atribuídas a irmãos da Santa Casa da Misericórdia do Porto no século XVII

Data	Nome	Valor da Esmola (Reis)
Sem data	Bartolomeu Fernandes	100
Sem data	Pedro do Couto	60
Sem data	António Fernandes	100
1662	Manuel da Costa	2x100
1685	Paulo de Oliveira	200
1685-01-24	Pedro Ferreira	200
1686-01-27	Gaspar Frutuoso	500
1690-07-12	Pantaleão de Sousa <sup>7</sup>	300
1693-03-25	Manuel Rodrigues <sup>8</sup>	240
1694-01-31	Gaspar Frutuoso	240
1695-07-32	António da Rocha	1000
1695-08-22	Francisco Dias	480
1697-03-31	Manuel Ruiz <sup>9</sup>	360
1697-10-30	António de Olanda	480

Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

Os dados apresentados evidenciam os apoios financeiros da instituição aos irmãos. Damos destaque a quatro homens: Manuel da Costa que recebeu esmola por duas vezes; Pantaleão de Sousa, a quem foi dada esmola por ser bom irmão da casa e afirmar a sua pobreza; o barbeiro Manuel Rodrigues; e Manuel Ruiz, que recebeu esmola para a sua filha.

Os familiares dos irmãos também recebiam amparo por parte da Santa Casa; geralmente eram do sexo feminino, sobretudo esposas e viúvas dos irmãos. Observe-se o seguinte quadro:

<sup>7</sup> Este homem recebeu uma esmola no valor de 300 reis “por ser bom irmão desta casa e constar de sua muita miséria” (AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, fl. 74 verso).

<sup>8</sup> Este homem além de ser irmão da casa, era barbeiro.

<sup>9</sup> Este irmão recebeu esmola para a sua filha Inês.

Quadro 6 – Esmolas concedidas a familiares de irmãos no século XVII

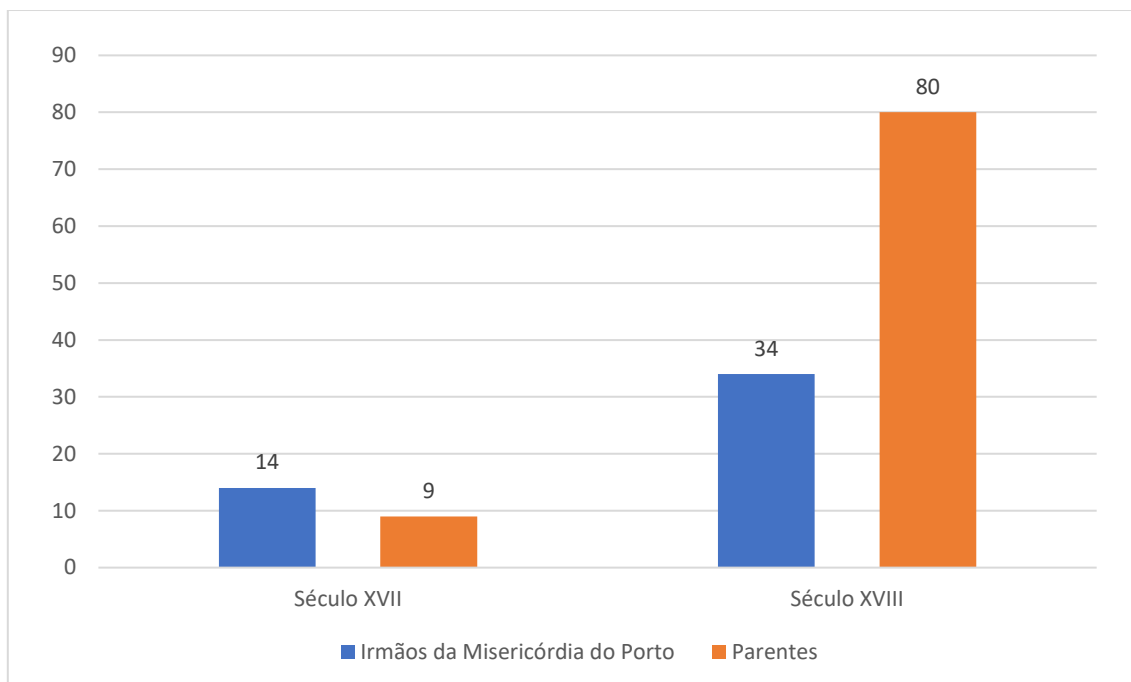
Data	Nome	Valor da Esmola (Reis)	Grau de parentesco
Sem data	Filipa de Freitas	100	Mulher do irmão Pedro Alves
Sem data	Maria Ferraz	40	Viúva do irmão Sebastião Ferreira
1685	Natália de Magalhães	60	Viúva do irmão Francisco de Lima
1685	Lucrecia Moreira	50	Viúva do irmão João de Freitas
1685	Antónia de Almeida	80	Viúva do irmão Pantaleão Mendes
1693-04-05	Josefa da Encarnação	750	Viúva do irmão José de Araújo
1695-05-01	Joana do Espírito Santo	2x480	Mulher do irmão Manuel da Silva Pinheiro
1696-08-19	Antónia Fernandes	240	Viúva do irmão José Ribeiro
1697-09-16	Lúisa Caldeiras	240	Viúva do irmão António Carreira

Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

O elevado número de registos de esmolas a irmãos e aos seus familiares no século XVIII, não permitiu idêntico tratamento ao que acabamos de fazer relativamente ao século XVII, pelo que nos limitámos a elaborar um gráfico que compara o número das ajudas da confraria entre as duas centúrias.



Gráfico 5 – Esmolas atribuídas a irmãos da Misericórdia do Porto e seus parentes (séculos XVII e XVIII)



Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

O gráfico 5 demonstra que no século XVIII o número de irmãos e dos seus familiares esmolados foi muito superior ao do século XVII, o que se deve ao maior número de registos disponíveis do século XVIII. Com efeito, temos 8048 registos para o período compreendido entre 1700 e 1750, e apenas 2304 registos entre 1624 e 1699. Outra razão possível para este aumento de esmolas, pode estar relacionada com a inflação dos preços dos bens alimentares, conforme documentam os dados recolhidos no projeto Preços, Salários e Rendias (PWR-Portugal, s.d.)<sup>10</sup>, e a consequente dificuldade económica das famílias.

O aumento de esmolas atribuídas a parentes de irmãos no século XVIII é bastante evidente; na sua maioria a viúvas dos membros da irmandade. Rosa Maria das Neves, viúva do irmão Gualter Pinheiro, recebeu esmola durante vários anos; a primeira ocorrência data de 1731, em que foi provida com 800 reis, e a última em 1742, em que recebeu 480 reis<sup>11</sup>.

As viúvas não eram as únicas a receber amparo da confraria, sendo que esta ajudava também as mulheres dos irmãos. Temos o exemplo de Simoa da Conceição, mulher do irmão Manuel Pinto de Matos, com quatro filhas, que recebeu esmola por duas vezes, em 1714 (480 reis) e em 1728 (1200

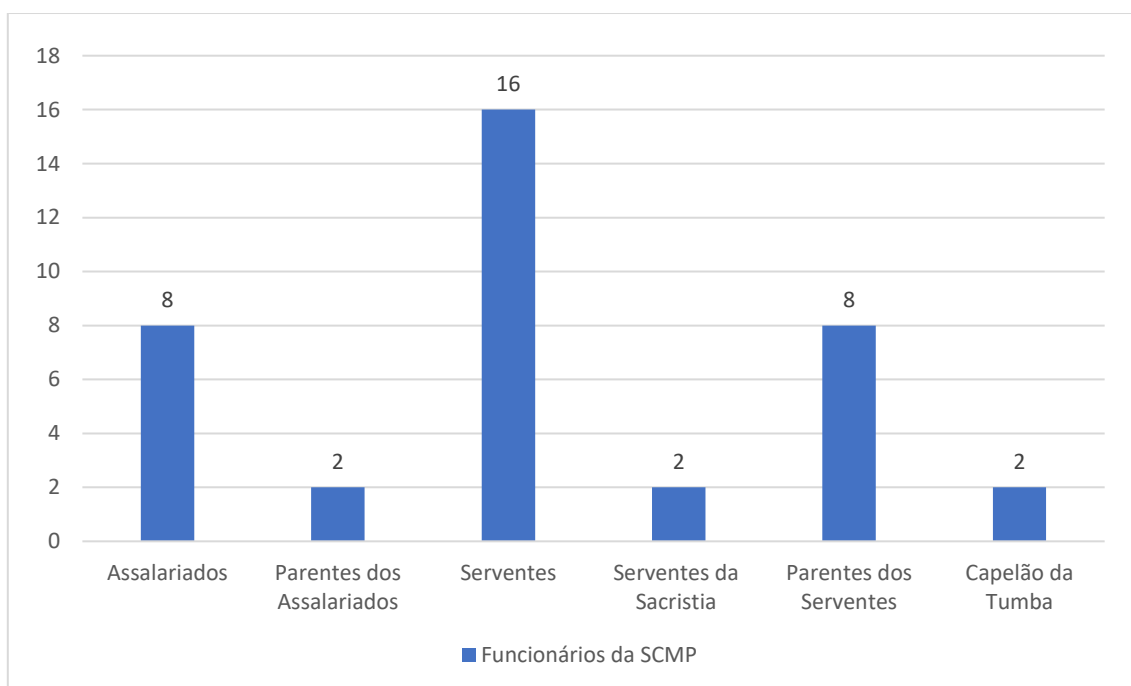
<sup>10</sup> [http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page\\_id=56](http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page_id=56) Consultado em janeiro de 2020.

<sup>11</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, não paginado.

reis)<sup>12</sup>. Embora mais raramente, também os filhos e as filhas dos irmãos podiam receber esmolas, como no caso de Luísa Clara Teresa, filha do irmão Francisco dos Santos, provida por três vezes, em 1731 (720 reis), novembro de 1732 (960 reis) e dezembro de 1732 (480 reis)<sup>13</sup>. Em 1709, também, Francisco Domingos Xavier, filho do irmão Domingos Nunes, foi provido com 480 reis<sup>14</sup>.

As Misericórdias atribuíam esmolas também a assalariados, que diferiam dos irmãos em vários aspetos: não podiam ter o estatuto de irmão, e, ao contrário destes últimos, trabalhavam por salário (Sá, 2001, p. 69). No decorrer dos séculos XVII e XVIII foi evidente um enorme aumento de pessoas pagas para trabalhar para a Santa Casa (Gráfico 6), “quer fossem capelães, serventes do azul (equivalentes aos atuais contínuos), gatos-pingados, escriturários das secretarias ou pessoal médico auxiliar.” (Sá, 2001, p. 69).

Gráfico 6 – Esmolas atribuídas a assalariados da Misericórdia do Porto e seus parentes (1683-1750)



Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

Através do gráfico 6, é possível compreender a tipologia dos assalariados da Misericórdia do Porto que receberam esmola na cronologia estudada. Deparamo-nos com duas categorias, a dos

<sup>12</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fólio 10 e 81 verso.

<sup>13</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 4 verso, fólio 9 e 10 verso.

<sup>14</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fólio 3, não paginado.

assalariados da casa/tumba. Os primeiros receberam esmola coletiva diversas vezes ao longo da primeira metade do século XVIII, por vezes em várias ocasiões do ano, e em quantias que variaram entre os 120 e os 4800 reis<sup>15</sup>. Quanto aos assalariados da tumba, foram providos com esmola em vários anos, sendo que os registos não se repetem. Damos destaque aos seguintes: João de Carvalho, provido com 960 reis, em 1747, por ter a sua mulher de parto<sup>16</sup>; Joana, mulher de João Pereira, recebeu 480 reis, em 1737<sup>17</sup>.

A presença destes homens (assalariados da tumba) que recebiam salário é discernível nas fontes no ano de 1615, sendo que o grupo composto por onze homens tinha como função acompanhar os enterros (Amorim, 2018, p. 150). Os salários variaram na passagem do século XVII para o século XVIII, visto que os seus afazeres também cresceram. Estes homens inicialmente estavam encarregues apenas de fazer o acompanhamento das cerimónias fúnebres, mas mais tarde começaram a desempenhar a penosa tarefa de dar de comer aos encarcerados. Assim, em 1669 ganhavam somente 500 reis mensais, mas em 1726 o seu salário viu-se aumentado para 1.200 reis mensais (Amorim, 2018, p. 119).

Os serventes eram os assalariados com o segundo número mais alto de esmolas atribuídas. Estes homens podiam ser solicitadores na confraria; segundo o compromisso de 1646 existiam duas categorias de solicitador: o que tratava dos negócios e demandas, e outro ocupava-se de questões relacionadas com a libertação dos presos (Amorim, 2018, p. 109).

No gráfico anterior, também estão documentados os serventes da sacristia, que desempenhavam tarefas de apoio às cerimónias litúrgicas da igreja. Em setembro de 1749, Bernardo José de Gouveia, servente da sacristia, recebeu 12.800 reis de esmola para a sua jornada do Brasil, uma soma muito elevada, claramente justificada pelas custas da viagem. Outro registo refere os “três rapazes que servem a sacristia”, que receberam esmola em vários anos seguidos: 1.440 reis em 1747, 1748 e 1749, mas apenas 1.200 reis em 1750. Temos ainda conhecimento do servente da casa João Batista, que recebeu a avultada quantia de 9.600 reis em 1719, a qual se destinava ao casamento da sua filha<sup>18</sup>.

Existem também registos de dois padres capelães da tumba que receberam esmola: o Padre Manuel dos Santos, provido por duas vezes em 1737, a primeira vez em junho, com 3.200 reis, e a

---

<sup>15</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fólio não paginado.

<sup>16</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>17</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>18</sup> AHSCMP; Série L, banco 1, livro 2, fólio não paginado.

segunda em agosto sendo “provido para ajuda de fazer sua baeta” com 2.400 reis<sup>19</sup>. Em 1750 outro padre, cujo nome não foi mencionado, recebeu 1.200 reis de esmola<sup>20</sup>.

Assim como foi verificado no caso dos irmãos, também os parentes de serventes e assalariados foram ajudados pela confraria. Saliento alguns casos, como o de Clara Nunes, viúva do servente Manuel da Rocha, provida com esmola por vários anos, 1734 a 1742, com quantias que variaram entre os 240 e os 480 reis<sup>21</sup>; e ainda o das irmãs Agostinha Ferreira e Ana Batista, filhas do servente João Batista, providas com uma esmola de 480 reis em 1742<sup>22</sup>.

Em jeito de conclusão, poder-se-á dizer que, durante os séculos XVII e XVIII, ser irmão da confraria, sobretudo para os membros de segunda qualidade que estavam ligados às elites do artesanato urbano, não significava afastar o espectro da pobreza. Para além do prestígio inerente a ser aceite na irmandade, ser irmão da confraria representava uma mais-valia importante, que permitia obter algum socorro financeiro em caso de necessidade. O mesmo se poderá dizer dos que, não sendo irmãos, recebiam salário pelo seu trabalho ao serviço da confraria. Para a Misericórdia do Porto, a caridade começava em casa.

### 2.3. Pessoas ligadas a hospitais

Tendo já sido referido anteriormente que a confraria do Porto “teve um início bastante atribulado e lento” (Sá, 2018a, p. 157), existiam claramente dúvidas em relação ao seu estabelecimento e laboração da cidade, visto que “a população não lhe atribuía importância, principalmente as elites” (Sá, 2018a, p. 157). Com pavor que a Misericórdia do Porto não desse frutos e que conseqüentemente levasse ao seu desaparecimento, D. Manuel I elaborou uma estratégia para evitar que tal acontecesse. Assim, no ano de 1521 “ordenou que alguns hospitais administrados pela cidade passassem para a Misericórdia do Porto.” (Sá, 2018a, p. 157). Era necessário criar uma maior estabilidade financeira para a instituição, e com a agregação dos hospitais à confraria, “a par de novas responsabilidades na administração de hospitais, com seus pobres e doentes, aumentando a importância da Misericórdia, vinham também as propriedades urbanas que estes tinham acumulado ao longo do tempo, com origem

---

<sup>19</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>20</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

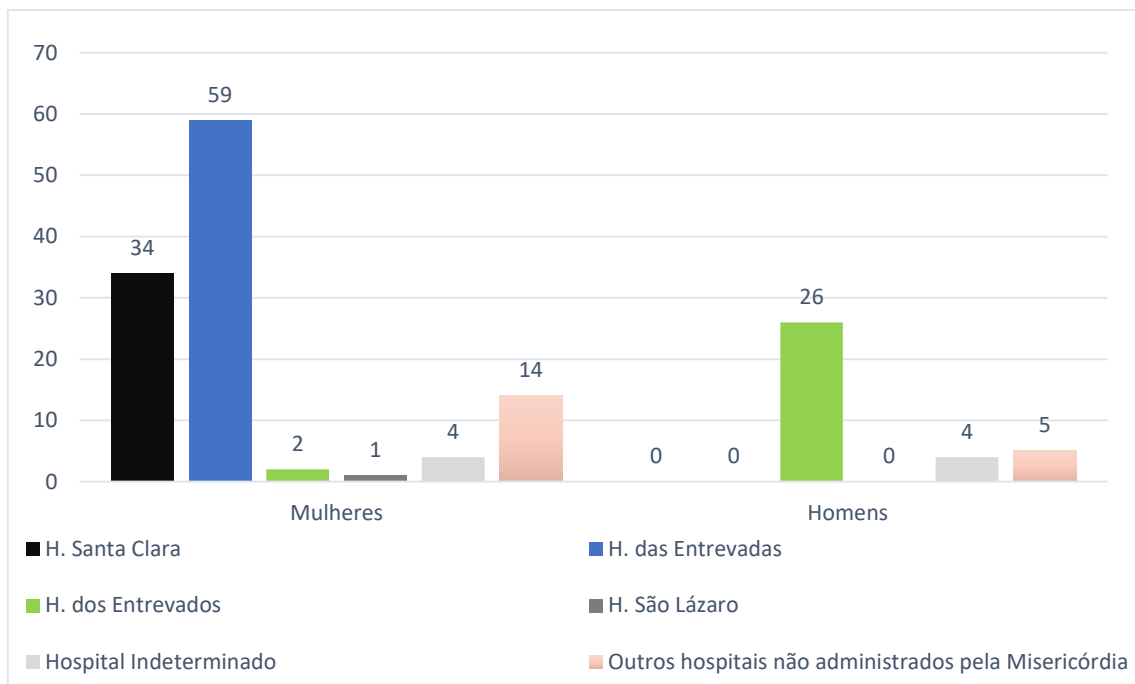
<sup>21</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>22</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

nas mesmas doações testamentárias de particulares com que se esperava enriquecer a Misericórdia.” (Sá, 2018a, p. 158).

No decorrer do processo de levantamento de dados, encontramos registos de escolas atribuídas a vários hospitais, entre 1624 e 1750. Os hospitais mais destacados pertencem à Misericórdia do Porto, que passo a mencionar: o Hospital dos Entrevados de Nossa Senhora do Amparo, em Cimo de vila – que apenas recebia homens; o Hospital das Entrevadas da Porta de Cima – que apenas internava mulheres; e o Hospital de Santa Clara, primeiramente situado na Rua dos Mercadores (Sá, 2018a, p. 69), sendo transferido mais tarde para o Campo do Olival, era “também conhecido como Hospital das Velhas” (Esteves, 2018, p. 284), como pode ser comprovado através do gráfico 7. Também verificamos escolas atribuídas a hospitais fora da responsabilidade da Misericórdia: o Hospital de São Crispim (sapateiros), o Hospital de São João Batista (ferreiros), o Hospital de Santa Catarina e o Hospital dos Magalhães. Porém, “Nos séculos XVII e XVIII, a ação assistencial da Santa Casa portuense não se limitava ao Hospital D. Lopo de Almeida, mas abrangia o Hospital das Entrevadas, em Santo Ildefonso; o Hospital dos Entrevados, em Cimo de Vila; o Hospital dos Lázaros; o Hospital das Lázaras; o Hospício das Velhas na Rua dos Mercadores.” (Esteves, 2018, p. 283). Contudo, “do ponto de vista económico, a anexação destes hospitais não foi suficiente para conferir estabilidade à Misericórdia” (Sá, 2018b, p. 70).

Gráfico 7 – Esmolas atribuídas a pessoas internadas em hospitais (1625-1750)



Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

No que toca às mulheres auxiliadas pelo Hospital das Entrevadas e de Santa Clara, existem poucas informações, somente o nome, de que zona eram e quanto recebiam. Porém, um caso em particular captou a nossa atenção no hospital das entrevadas da “Porta de Cima”, nomeadamente o de uma mulher pobre estrangeira que “estava lançada no caminho”. Ser-lhe-ia dada uma esmola no valor de 140 reis, mas viria a falecer, sendo o seu registo riscado<sup>23</sup>. Os motivos pelos quais as mulheres viviam nestas instituições são variados: algumas encontravam-se recolhidas, outras entrevadas e em alguns casos estariam a acompanhar uma criança que estivesse doente. Outro aspeto que gostaria de salientar, nomeadamente que “a regente e as pobres/recolhidas do hospital de Santa Clara” recebiam esmola coletiva regularmente, como pode ser observado no quadro seguinte.

<sup>23</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 36.

Quadro 7 – Esmolas atribuídas às mulheres do Hospital de Santa Clara

Ano	Valor da Esmola (Reis)
1729	960
1731	960
1732	1200
1734	1200
1735	960
1736	1200
1747	2100

Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 2 e 3.

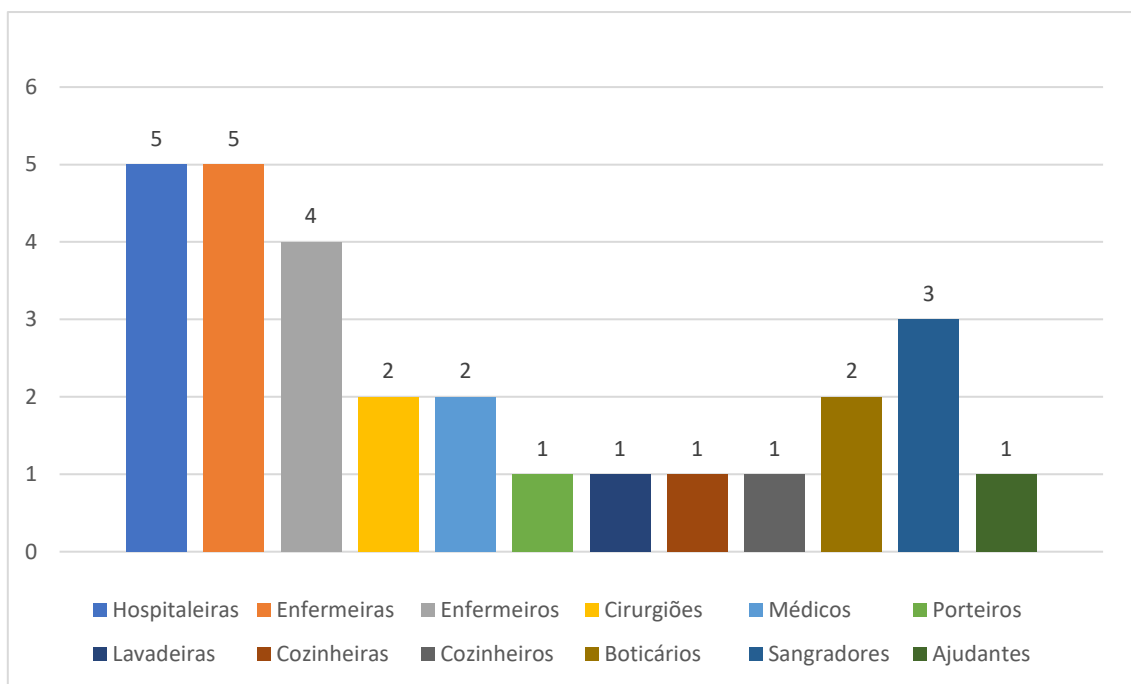
No Hospital dos Entrevados, em Cimo de Vila, são igualmente muito escassas as informações fornecidas sobre os homens que lá se encontram recolhidos ou em tratamento. Somente o nome, em que zona da cidade residiam e a quantia de esmola são do nosso conhecimento. Porém, o gráfico 7 apresenta algo inesperado: a presença de duas mulheres ligadas a esse hospital, visto que o mesmo apenas recebia homens. Em 1704, Isabel<sup>24</sup> encontrava-se recolhida nesta instituição e recebeu 480 reis, no mesmo ano, Maria do Espírito Santo<sup>25</sup> recebeu 300 reis e é mencionado que morava nas casas deste hospital.

Contudo, apesar de o nosso pensamento se dirigir rapidamente para os enfermos quando o termo hospital é mencionado, a verdade e realidade é que estas instituições eram mais complexas, estando presentes os profissionais de saúde. No decorrer do levantamento dos registos foram alguns os casos de enfermeiros e enfermeiras, bem como de alguns cirurgiões e médicos, sangradores e outros trabalhadores, que participavam na vida destes hospitais e recebiam quantias que eram designadas por esmolas ou dádivas em dinheiro, sendo que na realidade correspondem a gratificações (Gráfico 8).

<sup>24</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, 111v.

<sup>25</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 113.

Gráfico 8 – Esmolas/gratificações atribuídas a trabalhadores de hospitais (1693-1742)



Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

Todos os elementos presentes no gráfico desempenhavam funções específicas dentro e fora dos hospitais e todos tinham de passar por um processo de seleção por parte da Mesa da Santa Casa e dos irmãos da Misericórdia. Entre os séculos XVII e XIX, a cidade do Porto foi assolada por alguns surtos epidémicos, pelo que os hospitais e os seus prestadores de serviços foram sofrendo algumas alterações, a fim de igualmente acompanhar os avanços da medicina (Esteves, 2018, p. 272). No entanto, “purgantes, sangrias e dietas, manter-se-ão como a principal forma de tratar os enfermos na Idade Moderna, até porque continuarão a faltar aos médicos os instrumentos adequados de diagnóstico.” (Esteves, 2018, p. 276). Os cirurgiões atendiam os enfermos nos hospitais, bem como formavam novos cirurgiões e praticavam cirurgias (Esteves, 2018, pp. 276-277). No que toca às enfermeiras e enfermeiros, estes tinham como função a manutenção das enfermarias, visto que as mesmas eram separadas por género (Esteves, 2018, pp. 278-279). Os boticários estavam encarregues de fornecer os medicamentos aos hospitais (Esteves, 2018, p. 280). As hospitaleiras tinham a função importante de acudir os doentes (Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1946). Os sangradores eram importantes pois eram “especialistas na arte de sangrar” (Esteves, 2018, p. 273), visto que a sangria era na Idade Moderna um dos processos mais utilizados no tratamento de doenças. Além disso “aplicavam ventosas e cortavam cabelos e barbas” (Esteves, 2018, p. 274). Os porteiros tinham o papel importante de se



certificarem que só entrava nos hospitais e respetivas enfermarias quem precisasse de cuidados médicos ou parentes de pessoas que se encontravam em tratamento. As cozinheiras e cozinheiros estavam encarregues da confeção de alimentos para os doentes, muito provavelmente condicionados pelo que os médicos determinavam para as suas dietas. Deparamo-nos ainda com o registo de um ajudante do hospital do sexo masculino, de nome Baltasar Jorge Viana, que recebeu 480 reis de esmola em 1719, embora esta se destinasse a sua mulher<sup>26</sup>.

Existem ainda dois registos de duas mulheres enfermeiras no ano de 1736, Teodósia da Ressurreição e Maria do Rosário. Ambas receberam esmola por serem enfermeiras nas “enfermarias das camadas do gálico”. Assim sendo, estas mulheres trabalhavam diretamente com doentes infetados com sífilis.

É importante observar que os hospitais albergavam não apenas doentes, mas também “viajantes, peregrinos, pobres e meninos abandonados”, somente após o início do século XVI é que estas instituições se iriam focar, essencialmente, em pessoas que padeciam de doenças, se bem que foi um processo gradual e moroso (Lopes, 2010, p. 74).

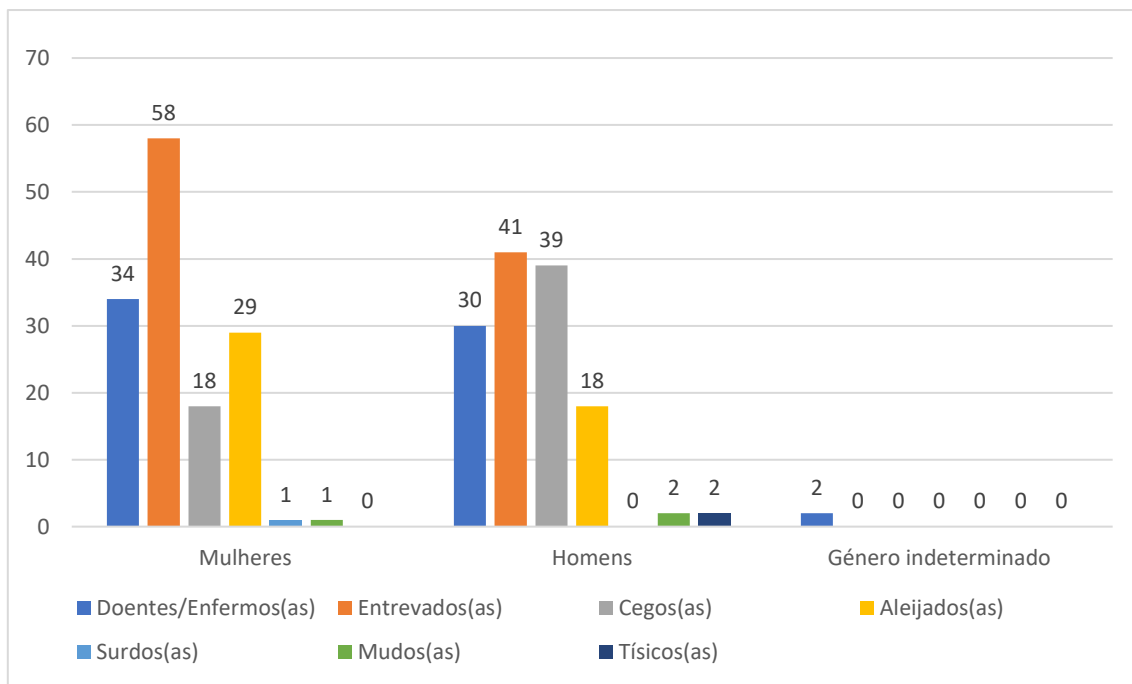
#### **2.4. Pessoas com deficiências físicas e doentes**

Este subcapítulo pretende demonstrar que a Misericórdia do Porto também concedia atenção às pessoas que sofriam de deficiência física. Assim, a Misericórdia do Porto não as esquecia e amparava-as com a atribuição de esmola (gráfico 9).

---

<sup>26</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

Gráfico 9 – Esmolas atribuídas a deficientes físicos e enfermos (1624-1750)



Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

Através da análise do gráfico 9, podemos tirar algumas conclusões, nomeadamente que o número de mulheres e homens entrevados é superior ao de todos os outros. Na idade moderna, ser uma pessoa entrevada significava que tinha dificuldades motoras nos membros inferiores e/ou superiores. A entreação poderia ter origem em problemas como “o reumatismo, a lepra, os aleijões (que hoje seriam facilmente ultrapassados)” (Lopes, 2010, p. 193), sendo que a idade também poderia ser um fator determinante, o que levava a que, na maioria dos casos, estas pessoas não tivessem quaisquer condições para trabalhar, colocando em causa o seu próprio sustento, o que as arrastava, inevitavelmente, para situações de pobreza.

Os doentes eram também em número avultado, tanto mulheres como homens. Na maioria dos registos levantados, não são do nosso conhecimento as doenças em questão, sendo que na maior parte dos casos é apenas mencionado que a pessoa está doente, ou estaria a receber aquela quantia de esmola por padecer de alguma doença. Remetendo novamente para a obras de misericórdia, a obra corporal “curar os enfermos” é deveras importante e levada a cabo com rigor pelos membros da confraria, seria possível que algumas destas pessoas poderiam estar a receber tratamento no hospital, ou que a ajuda lhes chegasse diretamente ao domicílio através dos irmãos.

A cegueira é a segunda patologia com mais casos, sendo o número de homens cegos superior ao de mulheres. Maria Antónia Lopes observou: “a cegueira total era uma realidade, muito mais frequentes eram as simples dificuldades de visão provocadas pela idade” (Lopes, 2010, p. 193). No caso das mulheres, estas complicações oftalmológicas condicionavam fortemente a sua vida profissional, com “a impossibilidade de realizar os típicos labores femininos”, como por exemplo “lavors de fios e tecidos” (Lopes, 2010, p. 192). Com certeza não seria fácil nesta época ser-se portador desta deficiência, e, muito provavelmente, estas pessoas não teriam qualquer atividade profissional devido à sua condição, bem como precisavam do apoio familiar e da Misericórdia para sobreviver. Em relação aos aleijados, o número também é considerável. Destacamos os seguintes registos: Mariana, mulher solteira, aleijada de pés e mãos, recebeu 120 reis em 1702<sup>27</sup>; Manuel Correia, aleijado por um carro de mão, recebeu a quantia de 240 reis no ano de 1718<sup>28</sup>.

Conclui-se que na Idade Moderna muitos doentes dependiam do auxílio das Misericórdias. No caso do Porto, vemos que a atribuição de esmolas a pessoas doentes ou que padeciam de alguma deficiência era uma realidade evidente, e que esta poderia ser o único amparo nas suas vidas. É de igual modo importante compreender que na época moderna a qualidade de vida da maioria das pessoas era péssima, assim como a falta de condições, tais como “alimentação imprópria ou mesmo subnutrição, o trabalho duro e esgotante, o frio provocado pelas condições de alojamento, pela falta de combustível e pelo parco vestuário e calçado.”, que condicionavam o modo como estas pessoas viviam (Lopes, 2010, p. 193).

## 2.5. Órfãos

A orfandade e o abandono de crianças eram uma realidade bem presente na sociedade da época moderna, não somente a nível nacional, como europeu. Se as crianças já eram consideradas seres frágeis, o seu estado de fragilidade era incrementado quando se encontravam órfãs, expostas ou enjeitadas. No Antigo Regime já existia a preocupação de amparar as crianças neste tipo de situações delicadas. No caso da cidade do Porto, somente a partir da segunda metade do século XVII é que começaram a surgir entidades que tinham por objetivo amparar órfãos e enjeitados: o Colégio de Nossa Senhora da Graça

---

<sup>27</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, fl. 107.

<sup>28</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 26v.

(para meninos órfãos) em 1651, o Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança (para meninas órfãs) em 1722, e a Casa da Roda para as crianças enjeitadas em 1689 (Machado, 2010, p. 18).

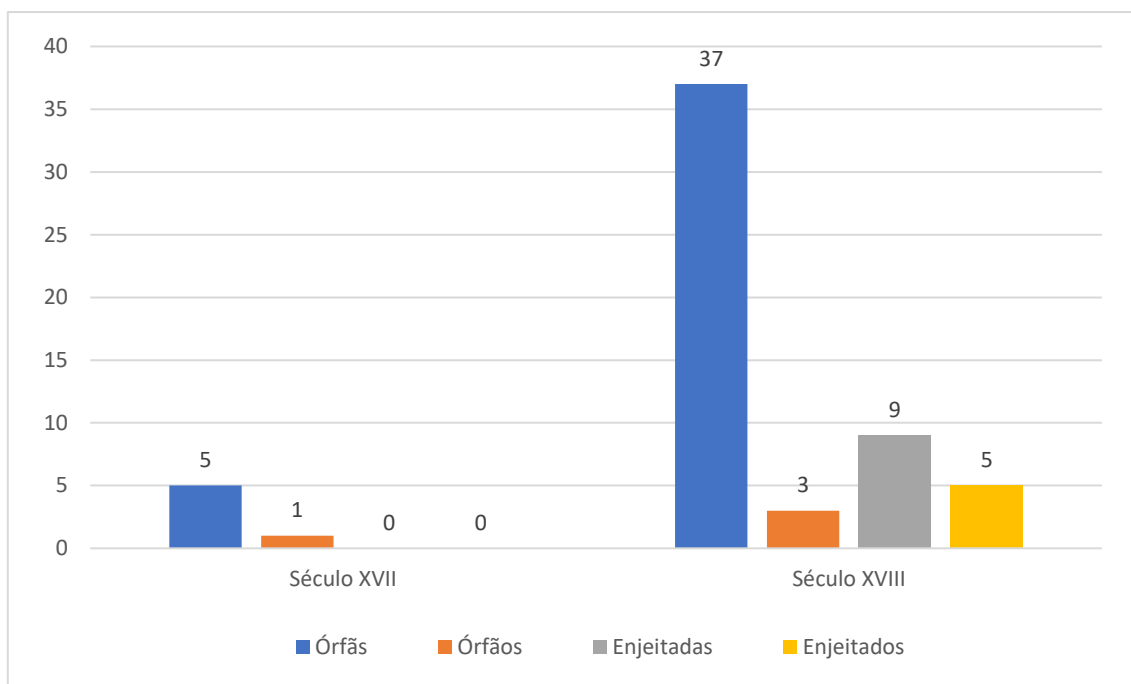
O que diferenciava um órfão de um enjeitado na época era o simples facto de uma criança enjeitada, por ter sido abandonada, não era conhecida a sua genealogia, enquanto em relação a um órfão era conhecido por parte das entidades quem era o(s) seu(s) progenitor(es). Os enjeitados “sob o ponto de vista legal eram considerados órfãos, uma vez que eram crianças desprovidas de proteção paterna, embora socialmente mais estigmatizados pelo facto de não terem nada de seu, nem sequer um nome de família e por pesar sobre eles a presunção da ilegitimidade” (Machado, 2010, p. 93). Como já mencionado anteriormente, o abandono de crianças era uma realidade bem presente na sociedade da época, especialmente em ambientes urbanos, onde frequentemente eram abandonadas crianças com origem nos arrabaldes rurais (Machado, 2010, p. 93).

O Compromisso de 1646 reservava um capítulo específico em que a confraria se descomprometia em relação às crianças expostas, mas manifestava a intenção de ajudar filhos de pais conhecidos que se encontrassem em situação de necessidade. O capítulo vigésimo sexto, intitulado “De como se há-de acudir aos meninos desamparados”, o qual passamos a citar:

Ainda que a Irmandade da Misericórdia não costumou em algum tempo encarregar-se das crianças enjeitadas, por esse cuidado estar à conta da Câmara desta cidade, contudo nunca deixou de acudir aos meninos desamparados, de pouca idade, cujas mães faleceram em seus hospitais, ou foram de sua visitaçã, e assim quando se acharem alguns destes, o Provedor e Mesa mandarã prover ser desamparo pelo modo que mais conveniente lhes parecer. (Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1946, p. 49)

No decorrer do processo de levantamento de registos, encontramos vários casos de enjeitados e em situações de orfandade. Para facilitar a compreensão e interpretação dos dados recolhidos, recorreremos à elaboração do gráfico no qual se apresentam os números de órfãos e enjeitados no período estudado.

Gráfico 10 – Esmolas a órfãos e enjeitados por género (séculos XVII e XVIII)



Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

Através do gráfico elaborado é possível reconhecer que o número de pessoas órfãs do sexo feminino era superior ao masculino, e o mesmo ocorre com as enjeitadas. É importante mencionar que os registos recolhidos relativos ao século XVII são em menor número que os do século XVIII devido, como já foi referido no primeiro capítulo, à existência de vários anos incompletos. O aumento de crianças abandonadas ou vitimizadas pela orfandade, também se deveu ao aumento da população na cidade do Porto no período estudado. Isabel dos Guimarães Sá observou que o número de crianças expostas aumentou na sequência do crescimento demográfico, porque muitas famílias não tinham condições para sustentar todos os filhos, e acabavam por abandoná-los na Casa da Roda (Sá, 1995, pp. 23-26). Contudo, estes indivíduos que a irmandade ajudava já não eram crianças, mas sim pessoas a quem este rótulo se aplicava. Ser órfão ou enjeitado não era uma condição temporária, mas permanente.

Porém, os motivos pelos quais as crianças eram expostas na Casa da Roda do Porto não se limitam somente ao crescimento populacional. Maria de Fátima Machado, que investigou os órfãos e enjeitados da cidade e do termo do Porto, concluiu que “a pobreza, o elevado número de filhos do casal, a doença de um dos progenitores, a falta de leite materno, a deficiência ou doença da criança, a ilegitimidade e a defesa da honra são algumas das razões mais frequentemente apontadas para justificar uma prática cada vez mais comum nos espaços urbanos” (Machado, 2010, p. 121), bem como as

pestes, fomes e guerras contribuíram de igual modo para o abandono (Sá, 1995, p. 25). Assim, as famílias eram forçadas a fazer a gestão do número de membros que as compunham quando não existiam as condições para a criação de mais crianças. Tendo em conta que nos encontramos a investigar uma época em que a inexistência de métodos contraceptivos eficazes era uma realidade, o controlo da dimensão familiar seria muitas vezes feito através do abandono.

Voltando novamente a atenção para o gráfico 10, verifica-se que o número de enjeitadas do sexo feminino é visivelmente mais elevado do que as do sexo masculino, sendo esta uma situação interessante que importa tentar compreender. Foram vários os motivos mencionados em cima para a exposição de crianças, desde a falta de condições até à ilegitimidade. Embora o número de rapazes fosse semelhante ao das raparigas no momento do abandono, uma vez adolescentes ou adultos eram as meninas que as Misericórdias se preocupavam em ajudar, pelo perigo que a sua honra corria.

O quadro seguinte tem por objetivo apresentar os dados recolhidos em relação aos enjeitados na primeira metade do século XVIII.

Quadro 8 – Esmolas atribuídas diretamente a enjeitados (1723-1747)

Data	Nome	Género	Valor da Esmola (Reis)	Observações
1723-05-16	Joana da Costa	Feminino	240	Da Lada
1724-05-28	Maria	Feminino	240	Solteira
1729-02-02	Tiago	Masculino	2400	Cego. Serviu Maria do Couto, mulher de Manuel Ferreira, da Freguesia de São Tiago de Figueiró, Arcebispado de Braga
1730-12-24	Patornilha de Jesus	Feminino	240	De Cimo de Vila, em casa de Manuel de Almeida
1731-12-09	Miguel	Masculino	1680	Cego, criado por Catarina Gonçalves, de Marecos. Recebeu 1680 reis para um vestido
1733-06-21	Jerónima	Feminino	2400	No Recolhimento de Nossa Senhora do Ferro
1734-09-05	Ana	Feminino	240	De São Pedro de Miragaia
1735-02-12	Eugénia Rosa	Feminino	2400	Da Cruz da Regateira
1737-02-20	Maria Teresa	Feminino	480	De Cimo de Vila
1747-05-24	José António	Masculino	800	Preso na cadeia
1747-09-01	José	Masculino	800	Para sair do hospital, solteiro

Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 2 e 3.

Como se pode observar no quadro 8, apresentamos sete registos do sexo feminino e quatro do sexo masculino, isto porque optamos por inserir somente os que receberam esmola diretamente. Existem ainda mais dois registos femininos, sendo que estes receberam esmola indireta, o que pode significar que estas crianças faziam parte de famílias de criação (Machado, 2010): Catarina Golias Guimarães recebeu 240 reis para uma enjeitada doente que tinha em sua casa<sup>29</sup>; e Maria da Silva, mulher casada a viver fora do Postigo de Santa Clara, recebeu 480 reis para a enjeitada e cega Ana Maria<sup>30</sup>. Quanto aos indivíduos do sexo masculino, dois receberam esmola indireta: um enjeitado recebeu 1200 reis através da viúva Ângela Antónia<sup>31</sup>; Catarina Gonçalves da Freguesia de Marecos recebeu em 1727 a quantia de 1200 reis para o enjeitado Miguel<sup>32</sup>, sendo que quatro anos depois o mesmo recebeu diretamente uma esmola para custear um vestido, como se pode observar no quadro 8.

<sup>29</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 101.

<sup>30</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 102v.

<sup>31</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 84.

<sup>32</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 76v.

Quanto às esmolas atribuídas a órfãos, a grande maioria dos registos mostram que seriam somente órfãos de um dos progenitores, salvo raras exceções em que encontramos órfãos de ambos os pais, como exemplo apresentamos os casos de:

- Joana de São Bento, moradora na Rua do Calvário, recebeu 480 reis no ano de 1735<sup>33</sup>;
- Francisca Teresa de Jesus, moça solteira na Cordoaria Velha, recebeu 480 reis em 1735<sup>34</sup>;
- Bernardo, morador em São Lázaro, recebeu 240 reis em 1741<sup>35</sup>.

Uma vez mais é importante referir que as fontes são constituídas por registos sumários, assim não nos revelam informações que seriam uma mais-valia para aprofundar a investigação, como por exemplo, as idades dos órfãos e enjeitados alvo da caridade da Misericórdia e os motivos pelos quais recebiam esmola, pelo que assumimos que são esmolados devido à sua situação de orfandade. É de igual modo importante analisar as várias situações de orfandade no período estudado, apresentadas no quadro 9.

Quadro 9 – Distribuição do número de esmolas por género e categorias de órfãos (séculos XVII e XVIII)

Século	Órfãos de pai e mãe		Órfãos de pai		Órfãos de mãe		N/M		Total
	F	M	F	M	F	M	F	M	
XVII	1	1	-	-	-	-	4	-	6
XVIII	4	1	12	-	1	-	20	2	40

Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

Nota: N/M - Não Mencionado.

Nota: - sem dados.

Com base no quadro 9, verificamos que nos séculos XVII e XVIII se registaram 46 casos de órfãos esmolados pela Misericórdia do Porto, 42 do sexo feminino (91%) e apenas quatro do sexo masculino (9%). O quadro também nos permite concluir que 57% das situações de orfandade não são explícitas, queremos com isto afirmar que na generalidade dos registos levantados apenas é mencionado que a pessoa é órfã, não existindo uma especificação clara se seria desprovida de pai, mãe ou ambos. Quanto às quantias atribuídas não existe um critério fixo, ou seja, as mesmas variam entre os 60 e os três mil reis. É importante mencionar que na generalidade, a confraria atribuía esmola somente uma vez, havendo algumas exceções, como: Francisca, órfã de Manuel Carvalho e filha de Francisca Micaela,

<sup>33</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>34</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>35</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.



recebeu esmola por várias vezes, nos anos 1733, 1734, 1735 e 1742<sup>36</sup>; Águeda Maria de São José e suas irmãs Luísa Vitória dos Serafins e Teresa Engrácia dos Anjos, órfãs de Manuel Pereira, da freguesia de São Pedro de Miragaia, receberam esmolas por vários anos, entre 1730 e 1742<sup>37</sup>.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que apesar de não ser uma obra de Misericórdia nem uma das prioridades da instituição da cidade do Porto, a mesma não deixava de amparar os órfãos que necessitavam de ajuda. Como já foi mencionado, a orfandade rotulava as pessoas, deixando-as ainda mais fragilizadas, principalmente quando não tinham pai, visto que a figura paternal conferia de uma maior importância para o seio familiar na época, era a figura masculina que tinha a seu cargo o sustento da família. Em relação aos enjeitados, apesar de os mesmos se encontrarem em menor número (14), nove do sexo feminino (64%) e cinco do sexo masculino (36%), a Misericórdia do Porto também não os deixava desamparados, atribuindo-lhes uma esmola.

## 2.6. Presos e cativos

A Santa Casa da Misericórdia do Porto auxiliava igualmente os presos pobres e os cativos, nomeadamente os que não tinham quaisquer meios ou família que os pudessem sustentar. Nas obras de Misericórdia está previsto o auxílio a pessoas que se encontrassem presas ou cativas, nomeadamente “remir os cativos e visitar os presos” (Sá, 1997, p. 94). Esta era considerada uma obra corporal importante, porque não eram apenas distribuídas esmolas, a Misericórdia preocupava-se igualmente em acompanhar os presos, em levar-lhes alimento e proporcionar cuidados com a saúde, caso esta se agravasse (Sá & Lopes, 2008, p. 45). “O auxílio prestado aos presos consistia em apoio material, como o dar de comer e beber, assim como o tratamento de todo o processo judicial, mas também espiritual.” (Amorim & Pinto, 2018, p. 78), ou seja, eram muitas vezes as Misericórdias que estavam ao lado destas pessoas, principalmente nesta condição que as fragilizava, visto que no período moderno as prisões eram apenas locais onde ficavam encarceradas, sem quaisquer condições de alimentação, limpeza ou saúde. Assim, podemos afirmar que o auxílio aos encarcerados foi algo que marcou a sua presença desde o início da história das confrarias, primeiramente com a atribuição de esmolas para o seu livramento, ou para as deslocações necessárias para a expatriação (Sá, 2001, p. 31; Araújo, 2004, p. 257).

---

<sup>36</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólios não paginados.

<sup>37</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólios não paginados.

Porquê ajudar os presos? Não somente por fazer parte das obras de Misericórdia ou dos Compromissos, mas também porque os presos eram um alvo preferencial, uma vez que “a figura do preso mantinha analogias fortes com as almas do Purgatório, também elas cativas e a necessitar de quem as livrasse.” (Sá, 2001, p. 31).

É importante mencionar que só a confraria poderia fazer peditórios a fim de esmolar os presos, “em 1503, determinou-se que “nenhuma pessoa não peça pera presos nem entrevados nem envergonhados”, conferindo-se essa possibilidade apenas à Misericórdia da cidade e ameaçando-se com cadeia os que os praticassem.” (Sá, 2001, p. 31; Araújo, 2004, p. 237).

O próprio compromisso de 1646 prevê que os presos tenham a atenção da Misericórdia, no capítulo onze, intitulado “Dos mordomos dos presos”. É neste capítulo que se encontram descritas as normas que deveriam ser seguidas para a seleção dos presos, nomeadamente, não poderiam ter quaisquer “dívidas, finanças e degredos não cumpridos” (Paiva & Araújo, 2007, p. 238).

O primeiro registo que encontrámos relativo a uma esmola dada a um preso data do ano de 1684, respeitante a um homem, António Francisco que recebeu 400 reis<sup>38</sup>. No período estudado eram, na sua maioria, os homens encarcerados que recebiam esmolas, sendo que as mulheres também recebiam, mas numa percentagem muito inferior. Provavelmente, a percentagem de homens presos é muito superior à das mulheres, porque a sociedade em si protegia mais o sexo feminino e apelava ao seu recato, enquanto o sexo masculino estava mais exposto e teria certamente mais liberdade, o que poderia levar a um maior número de crimes e delitos cometidos, e consequentemente a uma maior percentagem de presos. Alguns presos estavam na Cadeia da Relação do Porto e outros no Aljube, contudo a sua maioria, é apenas registado como “preso(a)” ou “preso(a) na cadeia”.

Dos 37 casos observados, 76% (28) eram homens e 24% (9) eram mulheres, sendo que estas correspondiam a ¼ dos presos. Existem dois registos aos quais gostaríamos de destacar. O primeiro, datado de 1719, remete para Filipe Fernandes, um preso que recebeu 480 reis de esmola “para se criar uma filha enquanto se cura no hospital a sua mãe”<sup>39</sup>, e que voltou a receber 960 reis, no mesmo ano, para “alimentar uma criança de peito, enquanto se cura no hospital a mãe”<sup>40</sup>. O segundo registo dá conta de uma mulher viúva de nome Maria Nunes, da vila de Chaves, em 1723, que “andava nesta cidade acusando um preso pela morte de seu marido, o qual estava em pena, ordenaram que se lhe desse

---

<sup>38</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 54.

<sup>39</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 28v.

<sup>40</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 29.

perdão a instância do Mordomo da Casa, José Pinto Monteiro”, e recebeu três mil reis para ir para a sua terra<sup>41</sup>.

Neste universo das cadeias, não temos apenas esmolas a presos. No decorrer do levantamento de registos, conseguimos rastrear esmolas atribuídas a alguns guardas da cadeia, amas dos presos/cadeia e ao sangrador das cadeias. O seguinte quadro apresenta os dados levantados.

Quadro 10 – Esmolas/gratificações atribuídas a trabalhadores das cadeias

Ano	Nome	Ocupação	Valor da Esmola (Reis)
1684	António	Guarda da cadeia	250
1689	João de Figueiredo	Guarda da cadeia	240
1689	Sem nome	Ama da cadeia	240
1691	Isabel Ruiz	Assistente da ama da cadeia	120
1700	Ana Cardoso	Ama da Cadeia	480
1703	Jerónima	Ama da cadeia	300
1718/1719	Susana Pereira	Ama dos presos	960 + 480 + 1200
1726/1727	Maria Lopes	Ama da cadeia	960 + 2200 + 480 + 240
1741/1742	Benta Gonçalves	Ama dos presos	1.200 + 480
1749	Domingas da Silva	Ama da cadeia	800
1749	Sem nome	Sangrador das cadeias	4.800
1750	Domingos Ferreira	Sangrador da cadeia	4.800

Fontes: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

Os cativos eram também alvo da atenção da Misericórdia, segundo o compromisso de 1646, “As pessoas que pedirem à Mesa ajuda de resgate para cativos, declararão nas petições as qualidades deles, a idade que tem, o lugar e tempo em que cativaram, o lugar onde estão e se tem já alguma esmola e dinheiro junto para sua redenção e a quantidade que lhes falta para serem postos em liberdade.” (Paiva & Araújo, 2007, p. 250).

O resgate de cativos é algo que remonta aos tempos da Idade Média Portuguesa, sendo uma das obras com maior importância no universo das práticas de caridade. Conforme refere Sá (1997, p. 23): “(...) aparece a figura do cativo, o indivíduo à mercê do Infiel, primeiro na Península Ibérica e depois no Norte de África, a partir do início do envolvimento português em Marrocos.”, o que evidencia a relevância do resgate de cativos, a fim de preservar, acima de tudo, a religião cristã. Entre os séculos XV

<sup>41</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 60.

e XIX foram vários os conflitos que levaram ao cativo de portugueses no Norte de África, principalmente em Argel (Alberto, 2010, p. 4).

No decorrer do levantamento de registos, foram recolhidos alguns de pessoas que se encontravam cativas entre os anos de 1703 e 1732. A maioria dos casos (14) tem indicação de estarem cativos em Argel, o que corresponde a 70%, os restantes casos (6) são designados apenas por cativos não sendo mencionado o local onde a pessoa se encontrava em cativo, estes correspondem a 30%.

Dos vinte registos recolhidos, apenas um deles é de uma mulher, nomeadamente Joana de Vasconcelos, moradora na freguesia de São João do Grilo, que se encontrava cativa em Argel. Esse registo demonstra que no ano de 1717 recebeu 4800 reis, mostrando seus papéis correntes.<sup>42</sup>

Salientamos ainda mais alguns casos de cativos, designadamente:

- Francisco Gonçalves, cativo em Argel em 1717, sendo que foi a sua mulher quem recebeu os 480 reis para ajudar no seu resgate, respeitando esta quantia, provavelmente, ao que faltava para o seu pagamento<sup>43</sup>;
- Pedro Francisco, que recebeu 4800 reis em 1714 para resgatar o seu filho Domingos Moreira, que se achava cativo, sendo que era obrigatório demonstrar a sua libertação, apresentar a certidão de pobreza e outros papéis<sup>44</sup>;
- Capitão Jorge Teodósio e os seus irmãos, António Teodósio e João Teodósio, cativos que vieram de Argel, receberam 1200 reis em 1718<sup>45</sup>;
- João Correia, do Arcebispado de Braga, cativo em Argel, filho de Manuel Faria, recebeu 10 mil reis, vindo de cativo com papéis correntes em 1719<sup>46</sup>;
- Teresa de Jesus, recebeu 4800 reis, que lhe foram prometidos para o resgate de um seu filho cativo em Argel, mostrando estar resgatado e os mais papéis correntes em 1723<sup>47</sup>;
- José de Sousa, natural do Algarve, recebeu 240 reis, resgatado de Argel e veio sem língua em 1731<sup>48</sup>.

---

<sup>42</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 18.

<sup>43</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 12.

<sup>44</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 12.

<sup>45</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 23.

<sup>46</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 35v.

<sup>47</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 57v.

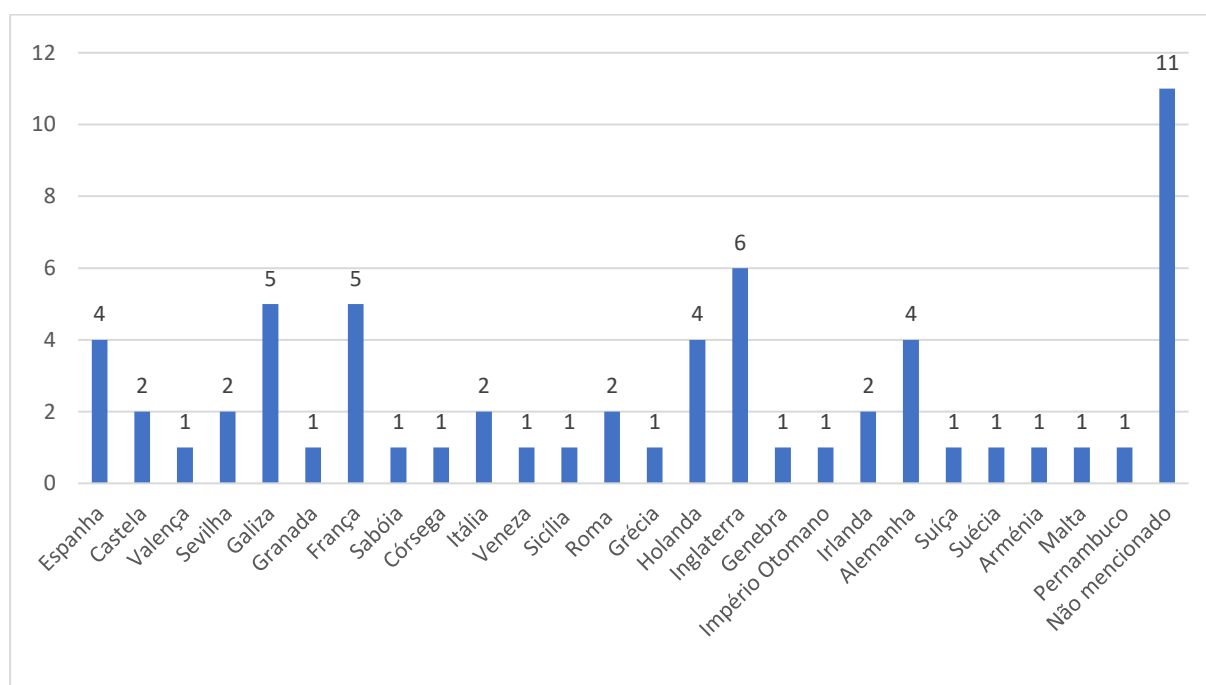
<sup>48</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 113.

## 2.7. Estrangeiros e viajantes

A cidade do Porto constituiu desde o século XV um importante destino comercial. Ao seu porto marítimo chegavam mercadores e mercadorias provenientes de várias partes do mundo, principalmente dos portos europeus: França, Ilhas Britânicas, Flandres e Itália (Barros, 2014, p. 52). Assim, a cidade não era apenas frequentada pelos filhos da terra; a presença de estrangeiros era constante, quer por motivos profissionais, quer por indivíduos que vinham à procura de melhores condições de vida, ou por forasteiros que estavam apenas de passagem. É um facto que nem todos os estrangeiros procuravam estabelecer-se na cidade, contudo “a população de estadia temporária acresce por virtude das atividades comerciais e marítimas e do regular movimento de gente ligada aos negócios e comércio”, que como já mencionado, eram atividades de extrema importância a nível económico para a cidade (Capela, 2009).

Nos cadernos de pobres foram levantados vários registos nos séculos XVII e XVIII, que demonstram a presença de indivíduos de outras nacionalidades na cidade. Os dados recolhidos revelam de forma evidente que a Misericórdia do Porto assistia pobres que não eram da cidade ou até mesmo portuenses, conforme se observa no seguinte gráfico:

Gráfico 11 – Países e cidades de origem dos estrangeiros esmolados (séculos XVII e XVIII)



Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

A maioria dos registos não nos fornece informações sobre a proveniência destas pessoas. Nos casos em que temos acesso à informação, regista-se um maior número de ocorrências relativas à Galiza, França e Inglaterra. As esmolas atribuídas não eram fixas, variando entre os 60 e os 2.400 reis. Damos destaque às seguintes ocorrências, a fim de demonstrar as variações das quantias:

- Santiago Staplatão, irlandês acompanhado da mulher e da sua criança, recebeu 600 reis em 1684 e possuía uma carta de guia<sup>49</sup> para ir para Lisboa<sup>50</sup>, com o objetivo de sustentar a sua família com essa quantia até chegar a uma outra Misericórdia;
- Um ermitão castelhano que dizia ser fundador do Hospital do Bom Pastor, foi provido com 1.200 reis em 1726<sup>51</sup>;
- A galega Maria Alvares, solteira e havendo recentemente dado à luz, vivia na viela da Ponte Nova, e recebeu 480 reis em 1733<sup>52</sup>.

Existem alguns registos que gostaríamos de destacar, como, por exemplo, uma esmola atribuída a um forasteiro, Francisco Gomes de Araújo Pinto, provido com 240 reis em 1729<sup>53</sup>; e outra esmola atribuída a um índio do império, Pedro Guilherme, esmolado com 960 reis em 1730<sup>54</sup>. Todos os exemplos referidos ajudam a compreender a complexidade da cidade do Porto na época. Indivíduos das mais variadas origens que se encontravam de passagem ou residentes na cidade eram ajudados pela Misericórdia. Contudo, não temos conhecimento se a instituição concedia algum tratamento especial aos estrangeiros, já que os compromissos do Porto não fazem referência a este grupo de indivíduos. Apesar disso, os estrangeiros não viam a sua vida facilitada, principalmente os que não tinham qualquer tipo de ocupação profissional (Abreu, 2018, pp. 35-36). Isto porque as Ordenações Manuelinas previam um período "...máximo de vinte dias para a permanência em qualquer cidade, vila ou lugar, sem trabalho que garantisse a subsistência, com as habituais penas de prisão, açoites ou degredo" (Abreu, 2018, p. 32). É importante mencionar que a maioria das pessoas de nacionalidade estrangeira recebia esmola somente por uma vez. As exceções foram raras:

- João Ruiz, de nação inglesa, a viver em São Nicolau, foi provido por duas vezes, em maio de 1716 (480 reis) e julho do mesmo ano (600 reis)<sup>55</sup>;

---

<sup>49</sup> As cartas de guia eram um instrumento "intensamente praticado pelas Misericórdias que instalaram um serviço em rede, simples e eficaz abrangendo todo o território nacional" (Lopes, 2010, pp. 63-64).

<sup>50</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, 53v.

<sup>51</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 69. Observação: Não foi possível determinar a localização deste hospital.

<sup>52</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>53</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 90v.

<sup>54</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 94v.

<sup>55</sup> AHSCMP, Série L, banco 2, livro 2, 13v., fl. 15.

- O holandês João Henriques recebeu esmola em 1724 (240 reis) e em 1729 (720 reis)<sup>56</sup>;
- O espanhol José Sanches foi provido com esmola, por duas vezes, em abril de 1725 (2.400 reis) e em outubro do mesmo ano (240 reis)<sup>57</sup>.

Note-se que estes homens, apesar da sua nacionalidade estrangeira, encontravam-se a viver na cidade, justificando-se dessa forma serem esmolados mais que uma vez.

Referem-se ainda alguns casos de estrangeiros protestantes que foram convertidos à fé católica, conforme se apresenta no quadro 11.

Quadro 11 – Esmolas atribuídas a protestantes convertidos à religião católica (1716-1737)

Data	Nome	Observações	Valor da Esmola (Reis)
1716-12-03	João da Apresentação	Inglês	480
1724-09-17	João Luís Batista	Francês	480
1725-09-30	José de Santa Maria	Turco de nação	240
1726-02-06	Ana Maria	Sueco, viajava acompanhado por duas filhas	720
1726-02-06	Fernando	Holandês, convertido em Coimbra	480
1728-05-19/ 1728-06-02	André do Monte Furtado	Holandês, batizado em maio do ano anterior na Sé do Porto	2x1.200
1730-01-01	João Sien	De nação alemã	2.400
1737-10-06	Gaspar	De nação alemã	240
1737-10-16	Tederico Val	Suíço	240

Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

A ocorrência de maior destaque é o caso do holandês André do Monte Furtado, convertido à fé católica pelo batismo em maio de 1728 na Sé do Porto, que foi provido por duas vezes com 1.200 reis<sup>58</sup>. Já no século XVII, encontramos registos de estrangeiros que eram convertidos ou obrigados a fazerem-no, quer em vida ou na morte (Osswald, 2008, p. 54). Isto porque na cidade do Porto, começou a haver uma maior preocupação em contabilizar os batismos, sendo um fator demográfico importante para a cidade. Contudo, a situação de conversão ao cristianismo e ao batismo de estrangeiros ditos “hereges” já remonta aos primórdios da Inquisição em Portugal.

<sup>56</sup> AHSCMP, Série L, banco 2, livro 2, fl. 64, 84v.

<sup>57</sup> AHSCMP, Série L, banco 2, livro 2, fl. 66, fl. 68.

<sup>58</sup> AHSCMP, Série L, banco 2, livro 2, 80v., fl. 81.

Como já foi referido, a cidade do Porto era apelativa graças ao seu dinamismo comercial e económico. Do outro lado do oceano Atlântico temos um território rico em matérias-primas e esperança, o Brasil. A sua importância para Portugal seria crucial, principalmente para a cidade do Porto que usufruía do comércio da cana-de-açúcar, através da sua alfândega e das rotas comerciais (Ramos, 1992, p. 284).

### **Migrações**

O Brasil foi povoado sobretudo pela população do Entre-Douro-e-Minho (Alves, 1993, p. 40). Estas migrações estão associadas a indivíduos com objetivos de vida dispares – uns procuravam estabelecer família, outros ansiavam por melhores condições de trabalho, a fim de levarem os seus ofícios para a nova terra (Alves, 1993, p. 40). Também muitos membros do clero migravam para o Brasil, com o objetivo de espalharem a fé e a palavra de Deus. No quadro 12, temos por exemplo o Padre João da Assunção, regressado do Brasil em 1728.

Em consequência das migrações da povoação do norte de Portugal para o Brasil, surgiu a lei de 20 de março de 1720, que tinha como objetivo controlar a saída de indivíduos, evitando, assim, o despovoamento dessa zona do país. Esta lei ordenava “que nenhum funcionário poderia partir para as capitâneas do Brasil antes de ser despachado para qualquer emprego, incluindo as missões, e que os particulares só o poderiam fazer com justificação documental de que iam fazer negócio ou para acudir a negócios urgentes” (Alves, 1993, p. 42). O quadro 12 apresenta as quantias que foram atribuídas a indivíduos com ligação ao Brasil, nomeadamente mulheres que receberam esmola devido à ausência dos maridos para lá do Atlântico, e de homens que necessitaram da ajuda da Misericórdia do Porto para poderem realizar as suas missões e jornadas entre 1718 e 1749.



Quadro 12 – Esmolas atribuídas a indivíduos com ligação ao Brasil (1718-1749)

Data	Nome	Observações	Valor da Esmola (Reis)
1718-02-20	Josefa Maria	Mulher de Pedro Tavares, ausente no Brasil	480
1719-04-12	Luísa Pereira	Marido ausente no Brasil	240
1723-06-06	Ana Maria	Mulher de Manuel Rodrigues, ausente nas partes do Brasil	1.200
1727-06-11	João Pereira de Sousa	Para um seu filho, que foi para o Brasil	1.200
1728-11-28	Padre João da Assunção	Vindo do Brasil	1.600
1729-08-10	Maria de Oliveira	Mulher de Pedro Vilas Boas, ausente no Brasil	240
1733-10-14	Ana Maria	Mulher de André da costa, ausente nas partes do Brasil	480
1734-06-16	Luísa Maria	Mulher de António Pereira, ausente no Brasil	240
1734-07-18	Inês da Rosa	Mulher de José Pereira Gramacho, ausente nas partes do Brasil	480
1734-08-15	Maria Moreira	Mulher de Domingos Ribeiro, ausente no Brasil	480
1734-11-07/1735-04-13	Antónia Ferreira da Trindade	Viúva de Manuel Pereira de Magalhães, tanoeiro, que esteve ausente no Brasil	240+240
1735-01-26	Ana Josefa	Mulher de António Pinto, ausente no Brasil	480
1735-03-23	Luísa Maria de Oliveira	Mulher de Manuel Lopes Vieira, ausente nas partes do Brasil	480
1735-05-22	Joana de Sousa	Mulher de José da Costa, ausente nas partes do Brasil	240
1740-06-29	Ana Maria de Jesus	Mulher de Gregório Moreira, ausente no Brasil	720
1749-09-25	Bernardo José de Gouveia	Servente da sacristia, para a sua jornada do Brasil	12.800

Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

Os casos apresentados no quadro 12 mostram-nos de forma evidente que a maioria das esmolas eram atribuídas a mulheres cujos maridos se encontravam ausentes em território brasileiro. Para estas, a ausência dos cônjuges, ou até a sua viuvez, fragilizava a sua situação económica. Damos destaque a três ocorrências, indicadas no quadro 12, que não dizem respeito a mulheres:

- João Pereira de Sousa, provido com 1.200 reis para o seu filho que foi para o Brasil em 1727<sup>59</sup>;
- Padre João da Assunção, vindo do Brasil em 1728, esmolado com 1.600 reis<sup>60</sup>;
- Bernardo José de Gouveia, servente da sacristia, que recebeu a avultada soma de 12.800 reis em 1749, em que as fontes apenas nos informam serem destinadas à sua jornada para o Brasil<sup>61</sup>.

<sup>59</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 77.

<sup>60</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 82v.

<sup>61</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

Os portugueses também se deslocavam dentro do seu país. O quadro 13 apresenta algumas ocorrências de indivíduos que passaram pela cidade do Porto, ou que foram para outras terras, e a quem foram atribuídas esmolos pela sua condição de viajante.

Quadro 13 – Esmolas atribuídas a viajantes portugueses (séculos XVII e XVIII)

Data	Nome	Observações	Valor da Esmola (Reis)
Sem data	Paula de Aguiar	Ida para Cascais	120
1687-05-28	Manuel Dias	Manuel Dias e sua mulher, passageiros que vão para Lisboa	100
1683	Catarina Lopes	Foi para o Hospital de Viana do Castelo	50
1710-01-29	Ângela	Da cidade de Braga, em casa de Isabel da Costa	240
Julho de 1716	Inácio de Melo	Natural de Lisboa	960
1718-06-12	José da Silva	Do Bispado de Braga, para seu resgate	960
1726-02-03	Manuel da Assunção	Marinheiro da Ilha da Madeira, que deu à costa	720
1729-12-11	José de Azevedo	De Coimbra, a viver em Miragaia	240
1737-08-07	Águeda de Jesus	Do Paço de São Domingos, da cidade de Braga	480

Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

## Capítulo 3. Esmolas, Família e Trabalho

No decorrer do processo de levantamento de registos foi possível conhecer algumas das ocupações profissionais de pessoas esmoladas, principalmente as pertencentes ao sexo masculino. Quanto ao sexo feminino é praticamente impercetível através das fontes reconhecer que ocupações exerceriam, como se pode observar pelo gráfico oito, as profissões conhecidas de mulheres eram: enfermeira, hospitaleira, cozinheira e lavadeira, sendo que estariam ligadas aos hospitais. Este facto ocorre porque na Idade Moderna o homem era visto como a figura central, o pai de família, que tinha como função cuidar e proteger os seus, como também providenciar e sustentar os membros da família.

### 3.1. O papel da mulher na família

É importante perceber como é que as pessoas viviam na sociedade moderna, compreender as condições em que se encontravam, como por exemplo, as habitações, que tanto nas cidades como no mundo rural não transpiravam conforto, eram muitas vezes constituídas por poucas divisões ou até mesmo apenas uma, e a privacidade era algo inexistente. Contudo, é nestes espaços que a mulher de estratos sociais mais baixos, igualmente ao homem, se insere e onde muitos serviços recaíam sobre si. A mulher sempre trabalhou ao longo da Idade Moderna, tanto dentro da sua habitação como fora da mesma, ou seja, apesar de não ganhar tanto como o homem, contribuía para a situação financeira da família (Araújo, 2008, p. 2; Sá, 2010, pp. 93-122).

A mulher era ainda preparada ao longo da sua juventude para uma vida doméstica, porque assim que contraísse matrimónio estaria preparada para assumir diversas tarefas, especificamente femininas, dentro do lar. A sua educação era voltada para ser uma competente dona de casa, boa futura mãe e esposa, sendo submissa ao marido. Assim, a mulher tinha uma posição e um espaço bem definidos no seio familiar (Araújo, 2008, p. 2). Estes aspetos mostram que a mulher não poderia fazer o que desejava, teria, porém, como obrigação sujeitar-se à sua condição de inferioridade, onde residia o seu dever de trabalhar no ambiente doméstico, bem como, de educar os filhos e ainda laborar fora das quatro paredes.

A verdade é que a mulher trabalhava por necessidade financeira, independentemente da sua idade ou do seu estado matrimonial. Conforme refere Hufton (1994, p. 25), observa-se que “em qualquer sociedade da época, as mulheres das classes trabalhadoras tinham de trabalhar para se sustentar a si próprias quer fossem solteiras ou casadas”. O trabalho fazia parte do seu quotidiano, era uma forma de suportar alguns gastos relacionados com as necessidades de sobrevivência da família, nomeadamente

bens de cariz alimentar. Chega-se rapidamente à conclusão de que a mulher não poderia estar constantemente resguardada em casa, onde estaria a salvo dos perigos do mundo exterior, logo a ideia de que o elemento feminino teria de ser protegido, caía por terra quando laborar fazia parte do seu dia a dia.

Apesar de contribuírem para a economia familiar, as mulheres ganhavam muito menos que os homens, cerca de 60% dos seus salários. Acrescenta-se a esta circunstância a questão de serem consideradas fontes de mão de obra barata, por terem menos qualificação a nível profissional, o que as colocava numa posição de fragilidade quando nos referimos ao mercado de trabalho. Assim “...as mulheres estavam mais sujeitas às flutuações laborais e, por isso, mais expostas aos caprichos do mercado.” (Araújo, 2011, p. 250). No Antigo Regime, as mulheres de classes sociais mais desfavorecidas enfrentaram grandes dificuldades e adversidades, sobrevivendo com o pouco que conseguiam através do trabalho fruto das suas mãos, esforço e determinação.

### 3.2. Esmolas e ocupações profissionais

Já referimos que as mulheres contribuíam para a estabilidade financeira do lar, mas não podemos esquecer que “raramente desempenhavam uma atividade remunerada, estando excluídas de muitas ocupações masculinas – sobretudo as qualificadas (...)” (Sá, 2018b, p. 56). Tendo já feito referência a mulheres que exerciam profissões nos hospitais, destacamos os seguintes casos de mulheres que tinham outras ocupações: Maria Alvares, cerzideira, recebeu 80 reis, sem data<sup>62</sup>; Maria Lopes, parteira, recebeu igualmente a quantia de 80 reis, sem data<sup>63</sup>; Luísa do Rosário, parteira, moradora em São Domingos, esmolada com 240 reis no ano de 1731<sup>64</sup>; Teresa da Silva é mencionada juntamente com o marido, José da Silva, ambos cordoeiros e moradores na rua debaixo da Cordoaria Nova, recebendo 240 reis em 1732<sup>65</sup>. Este último registo surpreendeu-nos, visto que as mulheres geralmente não tinham ocupações que “exigiam qualificações sofisticadas” (Sá, 2018b, p. 65), ou seja, o mais plausível seria que esta mulher ajudava o marido no seu ofício.

---

<sup>62</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 90.

<sup>63</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 53.

<sup>64</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólho não paginado.

<sup>65</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólho não paginado.

No que toca ao sexo masculino, os dados recolhidos apresentam homens esmolados que pertenciam às mais variadas ocupações do setor secundário<sup>66</sup>, ou seja, que transformavam as matérias-primas produzidas do setor primário em produtos de consumo. No setor terciário<sup>67</sup> encontra-se representado o setor de serviços, como oficiais administrativos ou judiciais, e indivíduos ligados ao exército.

Apesar destes indivíduos terem um trabalho e contarem com um salário, isso não significava que fosse suficiente para a subsistência e sobrevivência do próprio e, eventualmente, da sua família. Provavelmente, tratava-se de indivíduos que já não se encontravam em condições de trabalhar, o que pode estar ligado à fase do ciclo de vida (velhice) ou outras situações incapacitantes. Segundo documentam os dados recolhidos no projeto Preços, Salários e Rendas (PWR-Portugal, s.d.)<sup>68</sup>, um carpinteiro ganhava em média 146 reis por dia no século XVII, já no século XVIII a média aumentou para 187 reis por dia, valores muito superiores quando comparados com as esmolas concedidas aos homens que exerciam essa profissão, que variavam entre os 120, 480 e 800 reis mensais. Destacamos os seguintes casos: Manuel Pereira, morador na rua Chã, recebeu 120 reis, em 1690<sup>69</sup>; Manuel Vieira, morador na Lada, provido com 480 reis, em 1708<sup>70</sup>; e João Alvares, esmolado com 800 reis no ano de 1735, devido à sua mulher estar doente, moradores no Padrão de Belmonte<sup>71</sup>.

No caso dos pedreiros ganhavam em média 149 reis por dia no século XVII, e 196 reis por dia no século XVIII. Já as esmolas atribuídas variavam entre 100 e 482 reis por mês. Destacamos o caso de António Gonçalves, pedreiro de profissão, que recebeu 100 reis<sup>72</sup>.

Os trabalhadores não qualificados ganhavam em média 76 reis por dia no século XVII, e 109 reis por dia no século XVIII. Geralmente estes homens poderiam ser categorizados como “homens de ganhar, trabalhadores, moços de servir, escravos, pretos, mulatos, ou mouros” (Lopes, 2010, p. 119). Apesar de não termos conseguido identificar estas categorias no levantamento de dados, achamos importante mencionar pela grande diferença entre os salários dos qualificados e não qualificados.

---

<sup>66</sup> Agulheiro, alfaiate, arrieiro, carpinteiro, conteiro, cordoeiro, dourador, ensamblador, espadeiro, espingardeiro, esteireiro, ferreiro, livreiro, ourives, palmilhador, passamaneiro, pasteleiro, pedreiro, picheleiro, pintor, sapateiro, serralheiro, sombreireiro, surrador, tanoeiro, torcedor, vidraceiro, violeiro.

<sup>67</sup> Alferes, auxiliar, barbeiro, barqueiro, cabeiro/cabeleireiro, capitão, capitão auxiliar, escrevente, juiz do povo, marinheiro, meirinho da moeda, mercador, porteiro do juiz de fora, sargento, soldado, solicitador.

<sup>68</sup> [http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page\\_id=56](http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page_id=56) Consultado em janeiro de 2020.

<sup>69</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, 73v.

<sup>70</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 1.

<sup>71</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>72</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 95.

Todas as ocupações profissionais mencionadas tinham salários divergentes entre si e a situação também se revela distinta quanto aos mestres e oficiais. Observe-se o quadro 14 com as informações recolhidas no processo de levantamento de registos. Maria Antónia Lopes observou que “a situação de um mestre de ofício, dono dos meios de produção e empregador de oficiais, era completamente diferente da de um artesão assalariado” (Lopes, 2010, p. 26).

Quadro 14 – Categorias profissionais dos mestres e oficiais esmolados nos séculos XVII e XVIII

Oficiais <sup>73</sup>	Valor das esmolas (média)	Mestres <sup>74</sup>	Valor das esmolas
Oficial de Cordoeiro	468 reis	Mestre Sapateiro	1.200 reis
Oficial de Alfaiate	482 reis	Mestre de Gramática	3.200 reis
Oficial de Bate Folha	240 reis	Mestre de Esgrima	1.200 reis
Oficial de Oleiro	480 reis	Mestre Tanoeiro	3.200 reis
Oficial de Ferreiro	360 reis		
Oficial de Tanoeiro	857 reis		
Oficial de Sombreireiro	367 reis		
Oficial de Surrador	800 reis		
Oficial de Esteireiro	420 reis		
Oficial de Espadeiro	423 reis		
Oficial de Torcedor (seda)	240 reis		

Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

Os registos que destacamos entre os oficiais são: Manuel da Cruz, oficial de torcedor e morador na rua de Trás, recebeu 240 reis, em 1711<sup>75</sup>; José Pessoa, oficial de cordoeiro recebeu 240 reis, em 1712<sup>76</sup>; Domingos Fernandes, morador na rua dos Mercadores, oficial de sombreireiro, esmolado com 720 reis, em 1721<sup>77</sup>; Domingos Marques, oficial de tanoeiro e morador em Vila Nova de Gaia, recebeu 480 reis, em 1722<sup>78</sup>; Domingos Francisco, oficial de ferreiro, esmolado com 720 reis em 1726, porque o seu filho padecia de bexigas<sup>79</sup>; Manuel da Silva, morador na freguesia de Santo André dos Mariolas,

<sup>73</sup> As seguintes ocupações dos oficiais registam apenas uma ocorrência: oficial de bate folha, oficial de oleiro, oficial de surrador, oficial de torcedor.

<sup>74</sup> As seguintes ocupações dos mestres registam apenas uma ocorrência: mestre de esgrima, mestre de gramática, mestre sapateiro, mestre tanoeiro.

<sup>75</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 6.

<sup>76</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 9.

<sup>77</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 46.

<sup>78</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 49.

<sup>79</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 71v.

oficial de oleiro, recebeu 480 reis, em 1729<sup>80</sup>; Pedro Fernandes, oficial de alfaiate e morador na rua do Paraíso, esmolado com 480 reis, em 1730<sup>81</sup>;

Os registos destacados entre os mestres são: Duarte Lopes, mestre de esgrima, esmolado com 1.200 reis, no ano de 1726<sup>82</sup>; António de Almeida, morador na rua do Paraíso e oficial de esteireiro, recebeu 450 reis, em 1725<sup>83</sup>; Luís de Sousa de Mendonça, mestre de gramática a viver em Santo Ildefonso, esmolado com 3.200 reis, em 1734<sup>84</sup>; Manuel Pereira Campos da freguesia de Santa Marinha de Vila Nova, mestre tanoeiro, provido com 3.200 reis, para se poder deslocar às Caldas em 1737<sup>85</sup>; António Francisco, mestre sapateiro na Rua das Cangostas, esmolado com 1.200 reis, em 1747<sup>86</sup>.

Através dos dados recolhidos é seguro afirmar que apesar de homens e mulheres trabalharem, “o trabalho manual era mediocrementemente remunerado” e a persistência de uma “instabilidade laboral muito forte” contribuíam para a queda destes indivíduos na miséria (Lopes, 2010, p. 26). Alguns dos casos analisados mostram de forma evidente a existência da pobreza envergonhada, visto serem pessoas que possuíam profissão e salário, sendo este último insuficiente para fazer face à subsistência do indivíduo e, consequentemente, dos membros que compunham a sua família (caso esta se verificasse). É importante reter que muitas vezes só o homem tinha capacidade de trazer um salário para casa, o que dificultava a economia familiar, principalmente numa época em que o número de filhos se mostrava abundante. Conforme refere Maria Antónia Lopes: “um agregado familiar de quatro ou cinco pessoas subsistia penosamente com o salário do trabalho manual de apenas um dos seus membros, mas, em muitos casos, os ganhos não eram sequer suficientes” (Lopes, 2010, p. 26), o que levava a que estas famílias tivessem necessidade de recorrer às Misericórdias por ajuda monetária.

É claro que as confrarias faziam uma seleção dos pobres considerados merecedores de esmola, isto porque a assistência se encontrava ligada ao “controlo social e tinha por vezes um carácter repressivo muito vincado” (Lopes, 2010, p. 156), e nem sempre existiam os meios necessários para que todos fossem assistidos. As famílias podem ser tomadas como exemplo, porque mesmo que, por vezes, passassem por dificuldades financeiras, com vários filhos e despesas, nem sempre eram alvo da caridade das Misericórdias. Conforme Maria Antónia Lopes afirma: “a rede da caridade institucionalizada

---

<sup>80</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 89v.

<sup>81</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 105v.

<sup>82</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 71v.

<sup>83</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>84</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>85</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>86</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

não podia atender a todos os casos de pobreza corrente” (Lopes, 2000a, p. 17) (Lopes, 2010, p. 156). Assim, estas famílias só eram muitas vezes assistidas quando ocorriam situações que as tornavam elegíveis para o efeito, “como por exemplo a doença prolongada de um dos pais ou o nascimento de uma criança sem que a mãe a pudesse aleitar”, a fim de serem amparadas por esmolas da confraria (Lopes, 2000a, p. 17) (Lopes, 2010, p. 156). Destacamos alguns exemplos: Silvestra de Jesus, moradora no Bom Jardim, parturiente, foi esmolada com 300 reis, em 1697<sup>87</sup>; Veríssimo Ferreira, recebeu no ano de 1726 a quantia de 960 reis, para seus filhos e para a sua mulher que tinha dado à luz<sup>88</sup>; Manuel Ferreira da Costa, morador na rua da Ferraria de Cima, esmolado com 720 reis, para a sua mulher de parto e filha doente em 1732<sup>89</sup>; Jerónima de Jesus, mulher de António Gomes, moradores na Cordoaria, recebeu 480 reis por estar de parto no ano de 1732<sup>90</sup>; Luís Ferreira, auxiliado com 480 reis, em 1740, por ter a mulher de parto<sup>91</sup>.

Em jeito de conclusão, poder-se-á dizer que, durante os séculos XVII e XVIII o mercado de trabalho era caracterizado pela precariedade e má remuneração, quer os trabalhos fossem ou não qualificados. A mulher encontrava-se, uma vez mais, em posição de subalternidade e instabilidade, verificando-se, na generalidade dos casos, a dependência dos maridos para o sustento da família, o que muitas vezes não se revelava suficiente, sendo necessário recorrer à caridade das Misericórdias. O amparo destas instituições era crucial para que a pobreza destes homens e mulheres não fosse uma condição perdurável.

---

<sup>87</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, 122v.

<sup>88</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 71v.

<sup>89</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 102v.

<sup>90</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>91</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.



## Capítulo 4. Género e Pobreza

### 4.1. Esmolas atribuídas a homens e mulheres

Uma questão importante a colocar encontra-se relacionada com a forma como as Misericórdias procediam para ajudar as mulheres. Há que compreender, primeiramente, que as mulheres eram as pessoas que mais recorriam à generosidade da Misericórdia, visto que se encontravam constantemente em posições vulneráveis na sociedade moderna. Como já foi mencionado, estavam dependentes do homem a nível económico e social, ou seja, uma mulher sem um pai, marido ou irmão, no fundo, sem uma figura masculina que a acolhesse e protegesse, estaria à mercê da sua sorte, podendo iminentemente cair na pobreza, levando uma vida de miséria. A mulher era vista na época como uma figura “reduzida a elemento reprodutor e mera força de trabalho, sem direitos nem poderes, fora duma esfera restritíssima que lhe era designada” (Santos, 1981, p. 35).

As mulheres da época moderna encontravam-se em posições de fragilidade social, porque como já referimos ao longo da dissertação, apesar de trabalharem, tanto fora como dentro da habitação, jamais recebiam o mesmo salário dos homens. As órfãs e as viúvas eram as que mais facilmente desciam para a condição de pobreza, uma vez que não tinham, na sua maioria, nenhum elemento masculino que as socorresse. É nestas situações que as Misericórdias demonstravam a sua importância, auxiliando mulheres com dificuldades económicas. Os dados recolhidos<sup>92</sup> apresentam que a maioria das esmoladas eram atribuídas a mulheres (8.519 casos) o que corresponde a 75%, os homens (2.676) representavam apenas 24%. É muito significativo que, em quatro ocorrências, três fossem concedidas a mulheres. E o mesmo se verificava noutras Misericórdias espalhadas pelo reino, como por exemplo, na Misericórdia de Coimbra (Lopes, 2000b, p. 182), na Misericórdia de Arcos de Valdevez (Ramos, 2013, p. 450-451) e na Misericórdia de Évora (Pardal, 2013, p. 389-390).

As mulheres eram destacadamente as mais esmoladas pela Misericórdia do Porto no período analisado, representando 75% da fatia de esmoladas atribuídas. Através da análise dos dados é evidente que a mulher caía mais facilmente nas garras da pobreza e que necessitava de amparo económico por parte da confraria, aspetos que serão abordados mais à frente com a apresentação de exemplos.

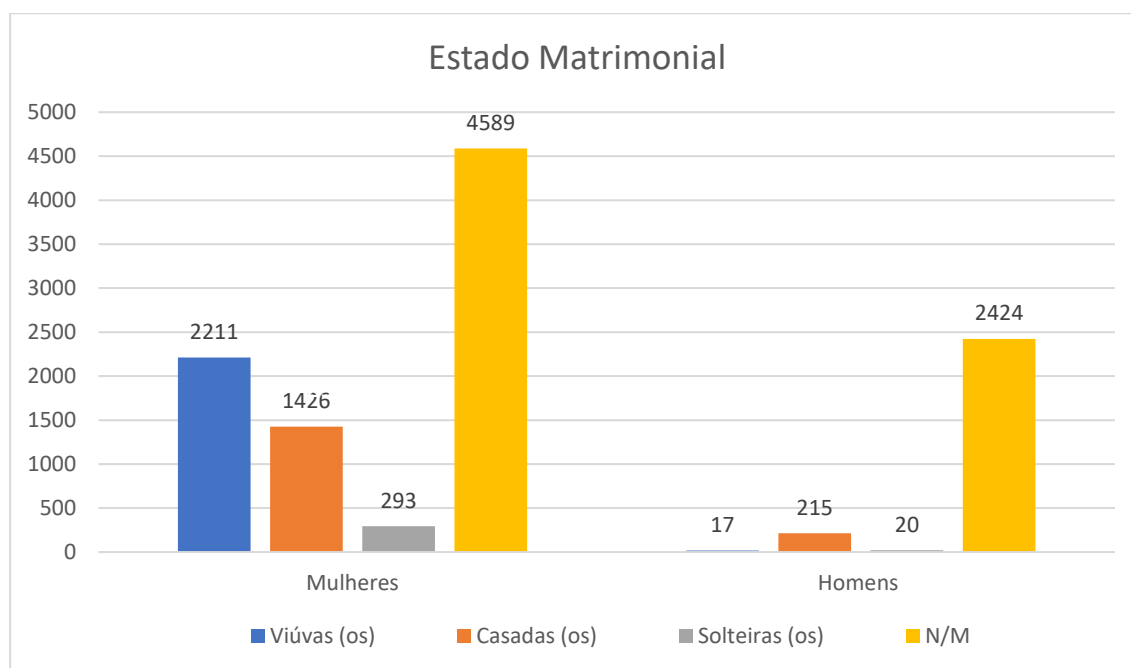
---

<sup>92</sup> Os registos designados por género indeterminado representam apenas 1% (104 casos).

## 4.2. Esmolas e o estado matrimonial das mulheres

É importante conhecermos o estado matrimonial destas mulheres e perceber quem carecia mais da ajuda das esmolas. Através do gráfico apresentado em seguida é possível tirar algumas conclusões.

Gráfico 12 – Estado matrimonial das mulheres e homens (1624-1750)



Fonte: AHSCMP, Série L, banco 1, livros de despesa geral 1, 2 e 3.

Nota: N/M – Não Mencionado

Quando procedemos à análise dos dados recolhidos é visível que o estado matrimonial, na maioria dos casos, não é mencionado, o que se torna por si só um entrave pela falta de informações, não nos permitindo identificar as mulheres esmoladas. Porém, sabemos que as viúvas eram as que recorriam mais frequentemente à caridade (gráfico 12). A viuvez era no Antigo Regime difícil para as mulheres, principalmente as de estatuto social inferior, bem como as que, além de já não terem marido, tinham ainda filhos para cuidar. As viúvas teriam de responder a determinados critérios impostos não apenas pelas Misericórdias, como pela sociedade: “deviam responder a um modelo caracterizado pelo recato, honestidade e vergonha. Esta era a imagem pública com que deviam preocupar-se. Só assim podiam ser consideradas merecedoras de esmola.” (Araújo, 2002, p. 118). Destacamos alguns exemplos de mulheres que enviuvaram e tinham filhos ao seu cuidado: Mariana Pereira tinha quatro filhos e

recebeu 100 reis, em 1685<sup>93</sup>; Teresa de Sousa, moradora em Cimo de Vila, recebeu 960 reis, em 1718, encontrava-se com cinco filhos, estando dois doentes<sup>94</sup>; Justa de Araújo, natural da vila dos Arcos de Valdevez, esmolada com 480 reis, em 1731, por estar de parto<sup>95</sup>; Joana Teresa, moradora na rua do Souto e viúva de António Soares, provida com 1.600 reis, em 1747, porque tinha a filha doente<sup>96</sup>.

As mulheres casadas, nem sempre viviam uma situação estável, ou seja, mesmo que o homem exercesse algum ofício, o salário auferido podia revelar-se insuficiente para a economia familiar<sup>97</sup>, pelo que recorriam às esmolas da confraria da cidade. Existem outras possibilidades para a atribuição de esmola pela Misericórdia, como: o grande número de filhos, a doença de algum dos progenitores, ou o marido encontrar-se ausente ou preso. Destacamos mulheres que se encontravam nessas posições de fragilidade: a mulher<sup>98</sup> de João de Couto, sapateiro de frente para a Fonte da Lada, recebeu 80 reis, em 1683<sup>99</sup>; Catarina da Silva, moradora na Ferraria de Cima, recebeu 240 reis, para o seu marido, em 1702<sup>100</sup>; Agostinha Domingas da Cunha, mulher de Domingos de Almeida, moradores na Ferraria de Cima, foi provida com 960 reis para os seus quatro filhos doentes, no ano de 1706<sup>101</sup>; Josefa Maria, casada com Pedro Tavares (irmão da casa), moradores na rua do Loureiro, foi provida com 960 reis em 1714, por estar doente e seu marido ausente<sup>102</sup>; Teresa de Jesus, recebeu 1.440 reis, em 1717, por ter o marido ausente e falido<sup>103</sup>; Catarina Ferreira, casada com Sebastião Francisco, recebeu 720 reis em 1724, porque os seus bens foram consumidos por um fogo<sup>104</sup>; Maria da Silva foi esmolada com 240 reis, porque assistia o seu marido preso, em 1730<sup>105</sup>; Joana Dionísia Pereira, mulher de Francisco da Cunha, oficial de cordoeiro, moradores no Calvário Novo, recebeu 480 reis em 1748 por estar de parto<sup>106</sup>.

Em relação às mulheres solteiras, mencionadas em menor número (gráfico 12), também eram alvo da caridade pela confraria, por várias razões: por estarem doentes, ou terem filhos ilegítimos, ou pela sua simples condição de não estarem casadas, o que as tornava vulneráveis aos olhos da sociedade.

---

<sup>93</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, 94v.

<sup>94</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 25.

<sup>95</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólho não paginado.

<sup>96</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólho não paginado.

<sup>97</sup> Como já for referido e analisado no capítulo 3 – Esmolas, Família e Trabalho.

<sup>98</sup> Neste registo não é feita referência ao nome da mulher em questão, somente é mencionado o do marido. Damos conta de alguns registos formulados desta forma, o que poderia ter vários significados: não terem conhecimento do nome da mulher, ou o mesmo não ter importância face ao marido.

<sup>99</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, fl. 12.

<sup>100</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, fl. 107.

<sup>101</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, fl. 128.

<sup>102</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 11.

<sup>103</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 21.

<sup>104</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 60v.

<sup>105</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 97v.

<sup>106</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólho não paginado.

Destacamos alguns exemplos: Madalena, recebeu 120 reis em 1691, por estar aleijada<sup>107</sup>; Domingas, moradora em Santo Ildefonso, recebeu 300 reis, em 1718, por estar de parto<sup>108</sup>; Joana Batista, moradora na Calçada de Monchique, recebeu 1.200 reis em 1718, por estar doente<sup>109</sup>; Francisca, moradora no Padrão das Almas, foi esmolada com 240 reis no ano de 1730, por ser muda e aleijada de uma perna e braço<sup>110</sup>; Escolástica Teresa, donzela recolhida no Mosteiro de Santa Clara da cidade, foi provida com 800 reis, em 1735<sup>111</sup>.

Podemos concluir pelos dados recolhidos, que o género feminino era um dos alvos de maior foco da Misericórdia do Porto. Como Maria Antónia Lopes observou, as mulheres “fragilizadas pelo sistema socioeconómico, formavam elevados contingentes da pobreza assistida” (Lopes, 2010, p. 156). Conseguimos ainda rastrear alguns exemplos de pobres envergonhadas: D. Antónia de Sousa Castelo Branco, moradora em Vila Nova, viúva do desembargador Francisco Manço, recebeu esmola por três vezes, nos anos 1717 (4.800 reis)<sup>112</sup>, 1720 (3.000 reis)<sup>113</sup> e 1730 (480 reis)<sup>114</sup>; e Maria Pereira de Lemos, viúva do médico Manuel Barbosa Ferreira, foi provida com esmola por vários anos, entre 1725 e 1731, sendo que as quantias variavam entre 200 e 6.500 reis. Estas mulheres eram consideradas pobres envergonhadas, não apenas por serem de um estatuto social superior, mas também porque eram “mulheres de comportamento exemplar”, ou seja, correspondiam à imagem da mulher ideal da época. Podiam até ocultar a sua pobreza, sendo muitas vezes assistidas ao domicílio pelos irmãos da confraria (Lopes, 2010, p. 192).

O gráfico mostra-nos outra diferença entre os géneros feminino e masculino: 90% dos dados recolhidos para os homens não mencionavam o seu estado matrimonial, ou seja, este não era um elemento de identidade para o homem da época. Era considerado mais importante mencionar o estado matrimonial da mulher, uma vez que rastreadas era algo que a definia como ser humano. Ainda assim, 8% dos registos masculinos levantados eram de homens casados, sendo apenas 1% viúvos e 1% solteiros.

Apesar de os homens não se encontrarem em posições críticas de fragilidade como as mulheres, isso não os excluía de necessitarem de esmola. Na generalidade, as razões pelas quais são esmolados não são do nosso conhecimento, porém as que conseguimos apurar devem-se, sobretudo, ao facto de

---

<sup>107</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, fl. 82.

<sup>108</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 23v.

<sup>109</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 27v.

<sup>110</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 100v.

<sup>111</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fôlio não paginado.

<sup>112</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 21v.

<sup>113</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, fl. 39.

<sup>114</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, fl. 105.

padecerem de alguma doença, estarem presos ou cativos, terem família numerosa, a mulher estar doente, ou como já analisamos no decorrer do trabalho, serem irmãos da casa e trabalhadores nos hospitais. Destacamos os seguintes registos: António Ruiz, recebeu 250 reis, em 1684, porque a sua mulher estava doente<sup>115</sup>; Constantino Cirne, da freguesia da Vitória, foi provido com 1.000 reis para se poder deslocar às Caldas (termas), em 1685<sup>116</sup>; Diogo Dias, morador na Viela dos Gatos, foi esmolado com 240 reis para a sua mulher, que estava de parto, em 1710<sup>117</sup>; Manuel Peixoto, serralheiro com mulher e quatro filhos, foi provido com 480 reis, em 1717<sup>118</sup>; Manuel Pedro Coelho, que se encontrava preso, recebeu 4.800 reis para ajudar na sua libertação, em 1722<sup>119</sup>; Domingos Borges, foi esmolado com 480 reis em 1729, por ter a mulher cega e a filha doente<sup>120</sup>; João Teixeira, cirurgião, foi provido com 1.600 reis, em 1734, devido a um incêndio que ocorreu em sua casa<sup>121</sup>; Manuel Lourenço, morador nas Cangostas, foi provido com 1.200 reis, em 1748, por estar tísico<sup>122</sup>. Assim, concluímos que o estado matrimonial não era algo que definia o sexo masculino, até porque “os homens, mesmo permanecendo viúvos, continuavam a ser os «senhores da casa» ou os «pais de família» que mantinham as mesmas prerrogativas que tinham enquanto casados” (Fernandes, 1999, p. 51).

Em jeito de conclusão, podemos uma vez mais afirmar que as mulheres se encontravam dependentes do homem no período moderno, e quando este não estava presente, tinham de recorrer às Misericórdias a fim de obter algum amparo. Através dos dados recolhidos, é evidente que o sexo feminino era o mais esmolado pela Misericórdia do Porto, assim como, lhe era mais recorrentemente atribuído um estado matrimonial. Como Maria Antónia Lopes afirmou: “procurai os pobres, achareis mulheres” (Lopes, 2010, p. 157).

---

<sup>115</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, fl. 54.

<sup>116</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 1, 55v.

<sup>117</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, 3v.

<sup>118</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 19.

<sup>119</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 50.

<sup>120</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 2, fl. 90.

<sup>121</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

<sup>122</sup> AHSCMP, Série L, banco 1, livro 3, fólio não paginado.

## Conclusões

Foi uma longa jornada pelo universo da Misericórdia do Porto, pelos dias, semanas, meses e ano bem despendidos no Arquivo Histórico da SCMP, situado na Casa da Prelada. A principal conclusão deste trabalho, é que os cadernos de pobres envergonhados são fontes de extrema importância para compreender a quem eram atribuídas as esmolas da confraria do Porto no período moderno, e como se procedia à sua repartição.

Após um extenso período de recolha de dados no arquivo, procedemos à análise respetiva. Tendo em conta o número elevado de dados recolhidos e analisados, cerca de 11.300 registos, é essencial concluirmos a impossibilidade de isolar a categoria de pobres envergonhados, uma vez que os registos se encontram misturados, pelo que é complicada a separação dos vários tipos de pobreza na Idade Moderna. Contudo, conseguimos categorizar a maioria dos pobres, sendo abordadas no segundo capítulo: esmolas a pessoas ligadas à instituição, esmolas a pessoas ligadas a hospitais, a deficientes físicos e doentes, a órfãos, esmolas a presos e cativos, e esmolas concedidas a estrangeiros e viajantes.

Sobre as esmolas concedidas pelo Capitão Diogo Ferreira, verificou-se que foram atribuídas esmolas, maioritariamente, a mulheres viúvas e possivelmente pobres envergonhadas, visto que o seu testamento fazia referência específica para que fossem socorridas. Estes resultados permitem concluir que os seus desejos foram realizados após a sua morte.

Nota-se também a preocupação da Misericórdia em auxiliar os seus próprios membros, nomeadamente irmãos, serventes e assalariados, bem como aos seus parentes, concluindo-se que apesar de a maioria dos irmãos ter alguma ocupação, esta nem sempre se revelava suficiente, e por isso, recorriam às esmolas da confraria, sendo que a mesma previa esta autoassistência.

Conseguimos rastrear esmolas para trabalhadores dos hospitais, sendo que estes pertenciam de igual modo à Misericórdia, e tal como os irmãos, nem sempre dispunham de rendimentos suficientes, pelo que eram esmolados em caso de necessidade. Alguns destes trabalhadores também poderiam ser considerados pobres envergonhados, como os médicos e cirurgiões.

Os doentes ou pessoas com deficiências físicas foram também alvo de análise, pelo que concluímos que estas pessoas se encontravam fragilizadas em consequência do seu estado de saúde, sendo amparadas com esmola. A entreação tanto de mulheres como de homens foi a mais evidente na análise. A orfandade foi também isolada e categorizada, analisando situações de orfandade de ambos ou apenas um dos progenitores, bem como aquelas que se encontravam na condição de enjeitadas. As

peças presas ou cativas, foram alvo de análise, onde tentamos perceber até onde a Misericórdia do Porto as auxiliava com esmolas, a fim de as libertar, quer fosse do cárcere da prisão, ou do seu cativeiro em África, mais concretamente em Argel. Foram também analisados, os registos dos estrangeiros e viajantes que passavam ou partiam da cidade, que recebiam algum amparo por parte da confraria para as suas deslocações, quer estas fossem para fora ou dentro de Portugal.

Outra conclusão importante, é que a maioria das pessoas ajudadas pela Santa Casa da Misericórdia do Porto eram mulheres, como foi observado no decorrer da dissertação. O sexo feminino era o que mais facilmente caía para a pobreza, pelo facto de as mulheres não serem consideradas aptas para ofícios qualificados como os homens.

Um aspeto que importa destacar, e constitui uma limitação do estudo desenvolvido, é a cronologia dos registos. Por vezes, os cadernos não se encontram organizados por ordem cronológica, e há lapsos de várias décadas, bem como anos com informação incompleta. O seu estado de conservação também nem sempre era o melhor. Tendo o privilégio e prazer de consultar sempre as fontes presencialmente, verificou-se que a sua maioria se apresenta bem conservada, salvo alguns fólios que manifestam alguma deterioração em consequência da humidade, bem como a presença de alguns borrões de tinta, o que por sua vez danificou o papel e dificultou o processo de leitura e levantamento de dados. Existe também uma enorme variedade de escritas (tipos de letra), bem como as abreviaturas utilizadas, o que por vezes se revelou um desafio a nível paleográfico, maioritariamente ultrapassado com o acompanhamento e orientação da professora Isabel dos Guimarães Sá.

Nesta dissertação ficaram por esclarecer algumas situações, visto que as fontes não nos revelaram com precisão algumas informações cruciais, a fim de conseguirmos conclusões mais consistentes. Assim, não nos foi permitido assinalar a repetição de registos, ou seja, perceber até que ponto as pessoas eram providas, e compreender, assim, a periodicidade de atribuição da esmola e quais os motivos para esse feito. Uma vez mais, reforçamos a dificuldade em isolar a categoria de pobres envergonhados, razão pela qual seria importante dispor de mais tempo para fazer o levantamento e análise dos registos, bem como a disponibilização de informações mais detalhadas por parte das fontes, a fim de conseguirmos caracterizar a concessão de esmolas e quem delas beneficiou.

Após o trabalho realizado, confirma-se que apesar da riqueza das fontes, não nos foi possível clarificar todas as situações, a fim de proporcionar um conhecimento mais detalhado sobre a pobreza na cidade do Porto, dos seus pobres, e da sua Misericórdia. Se no futuro nos for permitido a continuação do estudo sobre a Misericórdia do Porto e dos seus pobres, o mesmo poderia incidir na análise da

totalidade dos cadernos de pobres envergonhados, até ao ano de 1784. Seria também interessante procedermos a uma análise mais aprofundada dos registos, nomeadamente através da identificação de pessoas, tarefa árdua e arriscada, mas que permitiria estudar com profundidade as esmolas regulares atribuídas a pobres ao longo de vários anos.



## Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP)

Série L, banco 1, livros 1 a 3

Série H, Banco 6, Administração de Testamentos e Nota Privativa.

Arquivo Histórico Municipal Coimbra [AHMC] (s.d.). *Lei das Sesmarias, 1375. Pergaminhos Avulsos, fólio 2. – Transcrição Paleográfica*. Câmara Municipal de Coimbra. Consultado em [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt), a 31 de janeiro 2020.

## Fontes Impressas

Santa Casa da Misericórdia do Porto (1946). *Compromisso de 1646*. Oficina Tipográfica do Conde Ferreira.

## Referências Bibliográficas

- Abreu, L. (2018). *O Poder e os Pobres*. Palimage.
- Alberto, E. M. (2010). *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna* (Tese de doutoramento). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Alves, J. F. (1993). *Os “Brasileiros” Emigração e Retorno no Porto Oitocentista* (Tese de doutoramento). Faculdade de Letras do Porto, Porto, Portugal.
- Amorim, I., & Pinto, S. (2018). Pobreza e Caridade: As esmolos nos discursos e nas práticas da misericórdia do Porto, na época moderna. *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, (25), 53-89.
- Araújo, M. M. (2002). Aos pés de vossa alteza sereníssima: as pobres do arcebispo bracarense D. José de Bragança. *Cadernos do Noroeste*, 17, 101-123.
- Araújo, M. M. (2004). As “Esmolas” e os pobres da Misericórdia de Viana da Foz do Lima Na Primeira Metade do Século XVI. *Arquipélago*, VIII (2ª série), 237-260.
- Araújo, M. M. L. (2011). Filhas de famílias pobres: honra, pobreza e caridade nas Misericórdias Portuguesas (XVII e XVIII). In M. E. Leandro (Coord.), *Laços Familiares e Sociais* (pp. 249-265). *PsicoSoma*.
- Azevedo, C. (1979). *A cidade do Porto: os relatórios das visitas ad limina do Arquivo do Vaticano*. Revista de História, (2), 175-204.
- Barros, A. J. (2006). Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias* (Volume I, pp. 49-70). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Capela, J. V., Matos, H., & Borralheiro, R. (2009). *As freguesias do Distrito de Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Coleção - Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758.
- Esteves, A. (2018). Do Hospital D. Lopo de Almeida ao Hospital de Santo António. In I. Amorim (Dir), *Sob o Manto da Misericórdia: Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto Volume II (1668-1820)* (pp. 257-294). Edições Almedina.
- Hufton, O. (1994). Mulheres, trabalho e família. In G. Duby, M. Perrot, A. Farge, & N. Z. Davis (Eds.), *História das Mulheres no Ocidente. Do Renascimento à Idade Moderna* (Vol. III, pp. 23-69). Edições Afrontamento.
- Lopes, M. A. (2000a). *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850) Volume I*. Palimage Editores.

- Lopes, M. A (2000b). *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1820) Volume II*. Palimage Editores.
- Lopes, M. A. (2010). *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Machado, M. D. (2010). *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500 - 1580)* (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Mattoso, J. (1997). *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Editorial Estampa.
- Osswald, H. (2008). *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Letras do Porto, Porto, Portugal.
- Paiva, J. P., & Araújo, M. M. (2007). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: Estabilidade, grandeza e crise: da restauração ao final do reinado de D. João V União das Misericórdias Portuguesa* (Vol. 6). União das Misericórdias Portuguesas.
- Pardal, R. M. L. (2013). *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750) Volume I* (Tese de doutoramento). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Pimentel, J. H. (2015). *A assistência à alma na confraria da Santíssima Trindade da igreja do Pópulo de Braga (1700-1750)* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Ramos, M. O. N. (2013) *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)* (Tese de doutoramento). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Sá, I. G. (1987). *A assistência aos expostos no Porto. Aspetos Institucionais (1519-1838)* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras do Porto, Porto, Portugal.
- Sá, I. G. (1995). *A Circulação de Crianças na Europa do Sul: o Caso dos Expostos do Porto no Século XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sá, I. G. (1997). *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Sá, I. G. (2000). Misericórdias. In C. M. de Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. (Vol. III J-P, pp. 200-203). Círculo de Leitores.
- Sá, I. G. (2001). *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Livros Horizonte.
- Sá, I. G. (2010). O trabalho. In P. Lains, & A. F. Silva, *História Económica de Portugal 1700-2000 - Volume I O século XVIII* (pp. 93-122). Imprensa de Ciências Sociais.
- Sá, I. G. (2018a). Os inícios obscuros da Misericórdia do Porto. In I. Amorim, & I. G. Sá (Dir.), *Sob o Manto da Misericórdia: Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto Volume I (1499-1668)* (pp. 157-211). Edições Almedina.

- Sá, I. G. (2018b). *O Regresso dos Mortos: Os Doadores da Misericórdia do Porto e a Expansão Oceânica (Séculos XVI-XVIII)*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Sá, I. G., & Lopes, M. A. (2008). *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- PWR-Portugal (s.d.). *Prices, Wages and Rents In Portugal 1300-1910*. Consultado em [http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page\\_id=56](http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page_id=56), a janeiro de 2020.
- Santos, M. J. (1981). Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVIII. *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*, (4), 35-47.